

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS, O CASO DA REGIÃO COM
INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA VALE DOS VINHEDOS**

IVANIRA FALCADE

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE, 2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS, O CASO DA REGIÃO COM
INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA VALE DOS VINHEDOS**

IVANIRA FALCADE

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca Examinadora: Prof. Dr. Gláucio Marafon

Prof. Dr. Álvaro Heidrich

Prof. Dr. Nelson Rego

Suplente Interno: Prof. Dr. Luiz F. Mazzini Fontoura

Suplente Externo: Prof. Dr. Louvois de Andrade Miguel

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Geografia como requisito para
obtenção do Título de Mestre em Geografia.**

Porto Alegre, 2005

Falcade, Ivanira

Indicações geográficas, o caso da região com indicação de procedência Vale dos Vinhedos. / Ivanira Falcade - Porto Alegre: UFRGS, 2005.

[190 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2005.

1. Geografia. 2. Organização Territorial. 3. Indicações Geográficas. 4. Região Vale dos Vinhedos. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB10/1113

*Ao “nonno” Luiz Falcade que me iniciou no mundo do vinho
(ah, minha vida e férias escolares em Cotiporã ... vivas lembranças ... sob o parreiral, os malabarismos das
borboletas azuis, as primeiras experiências do que era uva para vinho e uva para comer ...*

ah, vinhedo, cantina, casa ... amor!)

A amizade em estado puro – Tetê, Ângela e Giovanni

(um brinde com o raio de sol que se faz seiva e jorra das encostas qual sangue vital ...).

Ao amor de Miguel Brito com quem compartilho, além do mundo do vinho, a vida

sim!)

AGRADECIMENTOS

Há muitas pessoas a quem agradecer, muitas das quais nem perceberam que colaboravam com o meu aprendizado ao longo desta caminhada que é a vida: a todas sempre serei grata no silêncio de minh'alma.

Quero particularizar, no entanto, meu agradecimento:

- A Universidade Federal do Rio Grande de Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, especialmente, a orientadora Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros, pela sua competência na orientação e confiança no meu trabalho, e aos professores Dr. Álvaro Heidrich e Dr. Nelson Rego, pelo apoio.
- Ao apoio dos colegas e da Universidade de Caxias do Sul.
- Ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.
- Aos vitivinicultores do Vale dos Vinhedos, especialmente àqueles da APROVALE; ao Sr Jaime Milan, diretor-executivo, e à Sra. Magda de Toni, secretária da APROVALE.
- Aos amigos Terezinha Mazzon, Ângela e Antonio Carlos Castrogiovanni, Jorge Tonietto, Marília Conforto, Valdeni Zani.
- À família Falcade, minha origem, e à família Brito, minha opção.

RESUMO

O trabalho analisa as mudanças no espaço geográfico da Região Vitivinícola do Vale dos Vinhedos, localizada em parte dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul (RS), relacionadas com a implementação da Indicação Geográfica de Procedência para vinhos da região. As mudanças são consideradas tendo como referência os conceitos de espaço geográfico – território socialmente construído e historicamente localizado - e de região – parte do espaço que contém o todo, e a metodologia derivada destes conceitos.

No espaço desta região foram implementadas alterações nos últimos anos relacionadas, sobretudo, a modernização da vitivinicultura pelos produtores locais. A imagem da vitivinicultura tradicional ainda permanece associada à identidade do espaço referida, principalmente, a valores do grupo social de origem italiana. Este espaço moderno/tradicional tem sido utilizado, também, para atrair o enoturista, uma maneira de expandir e consolidar o (re)conhecimento do topônimo Vale dos Vinhedos e o produto a ele associado – o vinho. Porém foi a vitivinicultura moderna que demandou as pesquisas que contribuíram para a implementação da primeira Indicação Geográfica brasileira: a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. As rugosidades espaciais de tempos passados, o espaço técnico-científico presente, as novas atividades, entre outros fatores, ao fim e ao cabo têm promovido um certo planejamento territorial regional e um certo desenvolvimento.

Palavras-chave: espaço geográfico, região, vitivinicultura, enoturismo, Indicações Geográficas, Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos.

ABSTRACT

This work analyses the changes in the geographical space in the Viticultural Region in Vineyard Valley, sited in part of the towns of Bento Gonçalves, Garibaldi and Monte Belo do Sul (RS), regards to the implementation of the Origin Geographical Indication for wines from this region, having as reference concepts of geographical space – a territory socially built and historically located – and of region – part of the space which contains the whole. The methodology is based in these concepts.

This space has suffered many modifications throughout the years, those mainly related to viticulture while local growers modernize it. The image of the traditional viticulture is still associated to that space identity from that space mainly related to the values from the Italian descendants social group. This modern/traditional space has been also used to captivate the wine tourist, a way to expand and consolidate the (a) knowledgement of the Vineyard Valley toponym and the product – the wine – associated to it. But it is the modern viticulture which makes enables the researches we did and which takes us to the implementation of the first Brazilian Geographical Indication: Vineyard Valley Origin Geographical Indication. The spatial rugosity from past times, the present technical-scientific space, the new activities, among other factors, at the end, has been promoting a certain regional territorial planning and a certain development.

Key words: geographical space, region, viticulture, wine tourism, Geographical Indications, Vineyard Valley Origin Geographical Indication.

RESUMEN

El estudio analiza los cambios en el espacio geográfico de la Región Vitivinícola del *Vale dos Vinhedos*, ubicada en parte de los municipios de Bento Gonçalves, Garibaldi y Monte Belo do Sul (RS), relacionadas a la implementación de la Indicación Geográfica de Procedencia para vinos de la región. Los cambios son analizados teniendo como referencia los conceptos de espacio geográfico – territorio socialmente construido y históricamente ubicado - y de región – parte del espacio que contiene el todo, y la metodología derivada de estos conceptos.

En el espacio de la región fueron implementadas muchas alteraciones en los últimos años relacionadas, principalmente, a la modernización de la vitivinicultura por los productores locales. La imagen de la vitivinicultura tradicional todavía permanece asociada a la identidad de aquel espacio, relacionada, principalmente, a valores del grupo social de origen italiano. Este espacio moderno/tradicional viene siendo utilizado también para atraer al enoturista, una manera de expandir y consolidar el (re)conocimiento del topónimo *Vale dos Vinhedos* y el producto a él asociado – el vino. Pero fue la vitivinicultura moderna que ha demandado las investigaciones que contribuyeran a la implementación de la primera Indicación Geográfica brasileña: la Indicación de Procedencia *Vale dos Vinhedos*. Las rugosidades espaciales de tiempos pasados, el espacio técnico-científico actual, las nuevas actividades, entre otros factores, al fin y al cabo, han proporcionado una cierta planificación territorial regional y un cierto desarrollo.

Palabras clave: espacio geográfico, región, vitivinicultura, enoturismo, Indicaciones Geográficas, Indicación de Procedencia *Vale dos Vinhedos*.

SUMÁRIO

Lista de Mapas	11
Lista de Figuras	12
Lista de Fotos	13
Lista de Quadros e Tabelas	15
Introdução	17
1 O espaço geográfico	20
1.1 O conceito de região: algumas considerações	25
2 Indicações Geográficas: um certo tipo de região	29
3 A regionalização da vitivinicultura no Brasil: uma introdução	41
4 Alguns fundamentos para a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos	48
4.1 Metodologia	50
4.2 Os limites da Região Vitivinícola do Vale dos Vinhedos	54
4.3 Características ambientais da Região Vitivinícola do Vale dos Vinhedos	59
4.3.1 O contexto geológico-geomorfológico e a declividade	59
4.3.2 A exposição das vertentes e o cruzamento com a declividade	66
4.3.3 Aspectos climáticos	75

4.3.4	Solos e cobertura vegetal	88
4.3.5	Conjuntos de paisagens do Vale dos Vinhedos	91
5	Evolução da vitivinicultura nas regiões Serra Gaúcha e Vale dos Vinhedos	95
6	A região com Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos: permanências e transformações	110
6.1	O uso e cobertura do solo em meados da década de 1990	111
6.2	O processo de transformação	118
6.2.1	O enoturismo	128
6.3	Transformações na Região Vitivinícola do Vale dos Vinhedos	137
7	Considerações finais	144
8	Bibliografia	149
ANEXO A	Legenda de Identificação do Mapa de Solos	163
ANEXO B	Prêmios à vinhos brasileiros	166
ANEXO C	Enoturismo	170
ANEXO D	Notícias em veículo internacional	175
ANEXO E	Notícias em veículo nacional	180

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Principais países com Indicações Geográficas	30
Mapa 2	Regiões de uvas para vinhos finos no Brasil	43
Mapa 3	Região do Vale dos Vinhedos: limites	56
Mapa 4	Região do Vale dos Vinhedos: localização e toponímia	58
Mapa 5	Região do Vale dos Vinhedos: modelo digital de elevação	61
Mapa 6	Região do Vale dos Vinhedos: declividade (%)	62
Mapa 7	Região do Vale dos Vinhedos: declividade detalhada (%)	65
Mapa 8	Região do Vale dos Vinhedos: exposição	67
Mapa 9	Região do Vale dos Vinhedos: exposição x declividade	69
Mapa 10	Região do Vale dos Vinhedos: hierarquia de exposição x declividade	73
Mapa 11	Região do Vale dos Vinhedos: hierarquia de áreas	74
Mapa 12	Região de Bento Gonçalves: estações meteorológicas	81
Mapa 13	Região do Vale dos Vinhedos: temperatura média anual estimada (°C)	85
Mapa 14	Região do Vale dos Vinhedos: temperatura mínima anual estimada (°C)	86
Mapa 15	Região do Vale dos Vinhedos: temperatura máxima anual estimada (°C)	87
Mapa 16	Região do Vale dos Vinhedos: levantamento semidetalhado de solos	89

Mapa 17	Divisão dos lotes iniciais em Bento Gonçalves	97
Mapa 18	Região do Vale dos Vinhedos: uso e cobertura do solo	113
Mapa 19	Região do Vale dos Vinhedos: localização das vinícolas	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Precipitação média total (mm) e temperatura anual média das médias, mínimas e máximas (°C) na área do município de Bento Gonçalves, período de 1985/1997	81
Figura 2	Selo da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos	129
Figura 3	Logomarca da AROVALE	129
Figura 4	Paisagem de vinhedos usada pela APROVALE	129

LISTA DE FOTOS

Foto 1 e 2	Região do Champagne (França)	34
Foto 3 e 4	Região do Ribera Del Duero (Espanha)	36
Foto 5 e 6	Região da Serra Gaúcha	44
Foto 7	Região da Campanha	44
Foto 8	Região da Serra do Sudeste	45
Foto 9 e 10	Região do Submédio Vale do Rio São Francisco	45
Foto 11	Região do Vale dos Vinhedos: paisagens abertas	93
Foto 12	Região do Vale dos Vinhedos: paisagens de encosta	93
Foto 13	Região do Vale dos Vinhedos: paisagens de fundo de vales e de encostas de elevada declividade	94
Foto 14 e 15	Região do Vale dos Vinhedos: uso do solo – área urbana e sistema viário	114
Foto 16	Região do Vale dos Vinhedos: uso do solo – mata	114
Foto 17	Região do Vale dos Vinhedos: uso do solo – agricultada.....	115
Foto 18	Região do Vale dos Vinhedos: uso do solo – agricultada com vinhedos	115
Foto 19, 20, 21 e 22	Região do Vale dos Vinhedos: vinícolas	122

Foto 23, 24, 25 e 26	Região do Vale dos Vinhedos: novas tecnologias e novos vinhos	123
Foto 27, 28, 29 e 30	Região do Vale dos Vinhedos: enoturismo	135
Foto 31 e 32	Região do Vale dos Vinhedos: novas formas de condução de vinhedos	139
Foto 33, 34 e 35	Região do Vale dos Vinhedos: casas	143

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Classes de declividade e sua denominação	51
Quadro 2	Classes de orientação e sua denominação	51
Quadro 3	Classes resultantes do cruzamento da exposição com a declividade	52
Quadro 4	Região do Vale dos Vinhedos: topônimos do sistema hídrico	57
Tabela 1	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha e %), segundo a altitude (m)	60
Tabela 2	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha e %), segundo a declividade	63
Tabela 3	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha e %), segundo a declividade detalhada	64
Tabela 4	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha e %), segundo a exposição	66
Tabela 5	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha e %), segundo a exposição e a declividade	70
Tabela 6	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha e %), segundo a hierarquia de exposição e de declividade	71
Tabela 7	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha e %), segundo potencial de radiação solar	75
Tabela 8	Estações meteorológicas de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul: altitude (m), precipitação pluviométrica (mm) e temperatura do ar (°C), 1987/1997	79

Tabela 9	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha), segundo a temperatura média anual estimada (°C), 1987/1997	84
Tabela 10	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha), segundo a temperatura mínima anual estimada (°C), 1987/1997	84
Tabela 11	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha), segundo a temperatura máxima anual estimada (°C), 1987/1997	84
Tabela 12	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha e %), segundo as classes de solo e localização destas na região urbana (ha e %)	88
Tabela 13	Região do Vale dos Vinhedos: área (ha e %), segundo o uso e a cobertura do solo	116
Tabela 14	Região do Vale dos Vinhedos: área urbana (ha) e área urbana no vale (ha)	116
Tabela 15	Região do Vale dos Vinhedos: vinícolas, segundo o período de fundação	120
Tabela 16	Notícias sobre o Vale dos Vinhedos, vitivinicultura e enoturismo, 1995/2002	127

INTRODUÇÃO

O tema do trabalho, Indicações Geográficas, é novo na Geografia brasileira, embora o nome já indique uma relação intrínseca com o espaço. O olhar sobre o tema enseja a análise da organização do espaço do Vale dos Vinhedos com recorte regional, espaço socialmente construído e historicamente localizado (SOJA, 1993; HARVEY, 1993; SANTOS, 1988).

O mundo da vitivinicultura é, de uma maneira geral, parte integrante do cotidiano das pessoas da região da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, tanto pelo número de trabalhadores que participam direta ou indiretamente das atividades vitivinícolas, quanto pelo consumo dos produtos mais intenso que a média nacional e, ainda, pelas suas referências identitárias.

A industrialização tem promovido transformações nas atividades econômicas e, conseqüentemente, no espaço regional; porém, para além destas fronteiras, a vitivinicultura mantém representatividade. Isso pode ser observado nas muitas referências com que a área é nomeada, desde os meios de comunicação até os documentos públicos: "a região da uva e do vinho", "a região da serra é a região

do vinho", "o mundo do vinho na Serra Gaúcha", "a região dos vinhedos", entre outras.

A evolução da região da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, tendo Caxias do Sul como centro dinâmico, mostra que a acumulação regional não se concentra mais na vitivinicultura (FERVI, 1978), mas na indústria metal-mecânica e moveleira.

No entanto, a atividade vitivinícola permanece e quando a região é citada, a relacionam ao mundo da uva e do vinho, multiplicando-se as referências com forte apelo à cultura e aos produtos da vitivinicultura. Estes, inclusive, contribuem para a diversificação e a ampliação das atividades econômicas como o enoturismo. A atividade vitivinícola regional, embora mantida, sofreu transformações importantes, especialmente nos últimos anos, ganhando novos significados.

A crise no setor vitivinícola e a abertura da economia brasileira à mundialização das trocas geraram um novo tema no discurso dos atores econômicos da vitivinicultura regional e nacional: as Indicações Geográficas.

Neste sentido, o trabalho aborda as transformações do espaço geográfico com a adoção, pela primeira vez no Brasil, do instituto das Indicações Geográficas como proposição de organização de uma atividade econômica em um determinado território. O que são e o que representam? Promovem transformações espaciais? Como? Promovem desenvolvimento? Que desenvolvimento? Para quem? São regiões do fazer ou do poder? São novas formas de manter a velha estrutura? Estas são perguntas que, mesmo sem estarem totalmente respondidas, serviram de inspiração ao trabalho.

Esta reflexão é apresentada em um conjunto de sete capítulos. O primeiro trata dos conceitos básicos de espaço geográfico e de região, já o segundo explicita o conceito de Indicação Geográfica, delimitador de um certo tipo de região. No terceiro capítulo, o tema da regionalização da vitivinicultura no Brasil é introduzido e, posteriormente, no quarto, são apresentados os fundamentos da delimitação da região que recebeu a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos e suas características ambientais. Na seqüência, o quinto capítulo aborda a evolução da vitivinicultura no contexto da área conhecida por Serra Gaúcha e, particularmente, no Vale dos Vinhedos. A seguir, no sexto capítulo são apresentadas reflexões sobre algumas permanências e transformações no espaço geográfico do Vale dos Vinhedos, relacionadas à implementação da primeira Indicação Geográfica em nível de Procedência no Brasil. O sétimo capítulo é dedicado às considerações finais.

É necessário fazer uma ressalva a cerca do tratamento utilizado na dissertação. O texto está redigido na terceira pessoa; porém, a primeira pessoa é utilizada, quando estão sendo referidos trabalhos desenvolvidos por esta pesquisadora e pertinentes a temática e ao trabalho.

1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO

Há muitas definições de espaço geográfico, o objeto de estudo da Geografia. Variados são os enfoques, dependendo da linha epistemológica em que a definição se enquadra e da contextualização da mesma. Para este trabalho estão sendo consideradas, principalmente, as proposições de Milton Santos, que concebe o espaço como

[...] uma realidade relacional [...] a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho [...] O espaço, por conseguinte é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento [...] O conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço (1988, p.26-27).

De outra forma Santos (1988, p. 71) afirma ainda que “o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”. O espaço é resultado, mas também é condição, *a priori*, da existência da própria sociedade.

A valorização (e, inclusive, a valoração) e a significação diferenciada dos espaços é uma espécie de *alter ego* da globalização das relações econômicas, implementada nos últimos anos e facilitada pelo progresso tecnológico, configurado

na comunicação imediata e na velocidade dos meios de transportes, entre outros aspectos.

No dizer de Lacoste (1977), é por isso que as diferenciações geográficas ganham uma importância estratégica fundamental. Pode-se entender, então, que o novo papel do território lhe confere um novo valor social e econômico/financeiro. Considerando os efeitos da globalização, Santos (1988, p.34-35) afirma

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, 'únicos'. Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, instituições, meio ambiente – à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à mundialização das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e complexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal [...] [assim] o lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último.

Desse modo, *“o espaço como instância da sociedade, contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida [...] Isso quer dizer que a essência do espaço é social”* (SANTOS, 1985, p.1), e por assim ser, ele está em constante transformação, embora mantenha elementos fixos.

Para Milton Santos, entender o espaço e sua organização só é *“possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo”* (1985, p.50).

O processo permite compreender a evolução da organização do espaço e é fundamental para estabelecer a relação entre a forma (aparência do espaço e responsável pela execução de determinada função) e a função (atividade de uma forma) que o espaço assume, marcadas pela estrutura vigente (modo de

organização). No conjunto, estas categorias permitem construir/analisar a totalidade espacial.

A forma, para Milton Santos, “*só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social*” (1985, p.54). Este valor se relaciona à estrutura socioeconômica da sociedade, sendo a forma determinada pelas suas necessidades e, portanto, um resultado e um fator social. Quando muda a estrutura, muda o valor da forma.

Segundo Milton Santos (1988), as diferenciações não se dão na mesma velocidade e intensidade em todos os lugares. As formas espaciais de um tempo anterior que permanecem num tempo posterior são rugosidades “*restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados*” (SANTOS, 1986, p.138). Estas rugosidades são espaços passados que permanecem no espaço presente, na medida em que a totalidade espacial não é transformada imediata e totalmente.

A forma material que determinado espaço assume em determinado momento denomina-se paisagem, diferente, portanto, do espaço propriamente dito, que, além desta materialidade, contém o movimento, a dinâmica da sociedade. Estes conceitos se relacionam dialeticamente, isto é, se complementam e, ao mesmo tempo, são opostos – a paisagem é a fixação do espaço em determinado tempo e o espaço é a concretude da ação social materializada na paisagem em mutação constante (SANTOS, 1988).

Já para Augustin Berque, em Corrêa e Rosendahl (p.1998, p.84-85)

[...] a paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz*¹ porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno.

Em diferentes tempos, há um conjunto de técnicas e de modos de fazer e produzir espaço. Este espaço terá uma certa aparência, a paisagem, que será composta por espaços construídos em diferentes tempos. Como a totalidade espacial não se modifica toda por igual, as ações dessas mudanças, ao se materializarem, constroem novos espaços, que assumem diferentes movimentos e ritmos para novas mudanças. Estas mudanças dependem da sociedade que o constrói e das relações entre o que permanece e o que é novo - o que é intrínseco e interno e o que é extrínseco e externo a esses espaços geograficamente diferenciados. Esta relação dialética será mediatizada pelo mercado e pelo Estado, em todas suas escalas e seus níveis (SANTOS, 1988).

Como já foi salientado, há diversas formas de definir e interpretar o espaço geográfico. Diferente do exposto anteriormente, para a Geografia Cultural, o espaço tem a marca da afetividade da sociedade, sendo denominado de espaço vivido (POCHE, 1983; RICQ, 1983; CORRÊA, 2000). Neste são encontrados os símbolos que expressam “*em sinais visíveis não só o projeto vital de toda a sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura*” (ISNARD, 1982, citado por CORRÊA, 2000, p.32).

Para Corrêa entre a objetividade e a subjetividade, a sociedade implementa determinadas práticas espaciais (seletividade, fragmentação-remembramento, antecipação e marginalização espaciais e reprodução da região

¹ Grifos do autor

produtora). Através destas práticas garante o alcance dos objetivos de “*gestão do território, isto é, administração e controle da organização espacial em sua existência e reprodução*” (2000, p.33).

Segundo o autor, a sociedade age seletivamente ao decidir “*sobre um determinado lugar segundo este [espaço] apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos*” (p.36). Na dimensão política, age de modo a exercer o controle sobre o espaço, dividindo-o “*em unidades territoriais controladas por [...organizações/estado...] que se identificam por dada especificidade e numa dada porção do espaço*” (p.37).

Na antecipação espacial, Corrêa afirma que a sociedade implementa

[...] uma atividade em um dado local antes que as condições favoráveis tenham sido satisfeitas [...o que...] significa reversa de território, significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, da reprodução de suas condições de produção” (2000, p.39).

A marginalização espacial está ligada ao valor de um lugar. Isto varia no tempo e pode, inclusive, colocá-lo à margem da rede de vinculações que possuía, gerando diversas conseqüências. Entre essas conseqüências, podem ser citadas alterações no nível de emprego e impostos e as interações espaciais, que podem ocorrer por motivos econômicos, políticos ou culturais (CORRÊA, 2000). A marginalização de um determinado espaço, no entanto, também tem a possibilidade de provocar uma reconversão funcional, levando-o à nova integração, quer seja na esfera da produção, da circulação ou do consumo.

Por fim, entre as práticas espaciais, Corrêa indica que “*é necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção. Isso implica em práticas*

espacialmente localizadas [...que...] constituem ingredientes de gestão do território” (2000, p.42). O autor conclui que o espaço geográfico é resultado e fator de práticas sociais distintas, o que lhe confere um caráter multidimensional. Nesse sentido, decifrá-lo é decifrar essas práticas sociais.

1.1 O Conceito de Região: algumas considerações

O estudo da questão regional faz parte, há muito tempo, do universo de muitas áreas do conhecimento, em particular da Geografia, antes mesmo que ela fosse constituída como ciência.

Dependendo do período e da situação conjuntural, a questão regional esteve no centro das reflexões de geógrafos com maior ou menor intensidade. Constitui-se, inclusive, como um método de abordagem do espaço, um paradigma geográfico (CORRÊA, 1986), hoje revisitado e renovado como categoria de análise (SANTOS, 1986; SOJA, 1993; GOMES, 2000).

O espaço local e as questões regionais revestem-se, atualmente, de grande importância, tanto do ponto de vista dos muitos problemas não resolvidos, localizados regionalmente, e que afligem parcelas consideráveis da população mundial, quanto do ponto de vista da evolução geograficamente diferenciada da existência humana (SOJA, 1993; HARVEY, 1993). Isso ocorre ao mesmo tempo em que as relações econômicas estão mundializadas e o avanço tecnológico permite ao capital sua reprodução ampliada e de forma ininterrupta, da escala local à internacional, como bem o demonstram as atividades das Bolsas de Valores de Tóquio, Londres e Nova York.

As transformações do espaço são também as transformações da sociedade. Sendo assim, trata-se de uma relação em constante mutação, numa inter-influência dialética. Como afirma Milton Santos,

[...] um mesmo elemento terá impactos diferentes em distintas áreas de um mesmo país ou do Planeta. Para isso concorrerão a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo e as relações que se estabelece entre o que chega e o que preexiste (1988, p.47).

O espaço, socialmente construído e historicamente determinado, é fator e condição de um processo político, ideológico, econômico e social. Assim, como afirma Santos (1988, p.46), “*a produção se especializa regionalmente*”, na mesma medida o espaço é construído regionalmente. Para sua compreensão é preciso entender a totalidade do processo

[...] o funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos (Santos, 1988, p.46).

Neste sentido, é o setor hegemônico que amplia e estende a idéia de região para a sociedade “*valendo-se de critérios de identidade cultural, fronteiras geográficas e um auto-reconhecimento da singularidade daquele espaço delimitado*” (PESAVENTO, 1994b, p.4).

Neste processo de produção e reprodução, o espaço regional é o *locus* das diferentes concretizações da mundialização; isto é, ao se realizar, ele apresenta diferentes especificidades geográficas (SOJA, 1993).

O espaço regional, segundo Santos (1994), sofre hoje muitas mediações. Para entendê-lo, é necessário entender a indissociável relação entre objetos e ações que formam o espaço, como um todo.

Assim, no dizer de Soja (1993, p.37)

A modernização, tal como a vejo aqui, é um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre, primordialmente, da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção [...] e [...] como todos os processos sociais, desenvolve-se desigualmente no tempo e no espaço e, desse modo, inscreve geografias históricas bem diferentes nas diferentes formações sociais regionais.

Desse modo, no dizer de Lefebvre (1976), cada momento - nele, o espaço produzido - é como a memória de um presente que se foi. Sobre a coexistência de momentos ou tempos diferentes, Santos (1988, p.99) afirma que “[...] muitas vezes, o novo expulsa logo o velho, às vezes este resiste por muito tempo. Esta resistência não depende só dessa variável velha, mas do conjunto das variáveis, da combinação e relação que existem entre elas”.

Sendo o espaço o ‘locus intrínseco da produção’ e o espaço regional resultado de uma forma particular de produção de uma parte da sociedade, para Santos (1985, p.61) “[...] a produção de valor começa antes mesmo que a mercadoria produzida [...] esteja concluída. Estamos diante de um espaço-valor, mercadoria cuja aferição é função de sua prestabilidade ao processo produtivo [...]”.

Nessas ações, a região faz parte do conjunto de signos representacionais com os quais a sociedade se identifica e comunica e, ao mesmo tempo, exerce seu poder (BORDIEU, 1989; CHARTIER, 1990; 1991; FREMONT, 1999; RICQ, 1983; POCHE, 1983). Trata-se do espaço vivido, onde a região existe como um quadro de

referência, que tem uma base territorial (GOMES, 2000). Concluindo, o autor afirma que em

[...] uma regionalidade há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial [...] De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesse identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central [...] um dado [é] essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território (p.72-73).

Diversas são as formas de regionalizar e de analisar esses espaços. O estabelecimento dos limites desses espaços, seguindo uma ou outra metodologia, põe em evidência a sua complexidade. Para Santos (1985, p.71),

O conhecimento de uma fração da realidade exige a análise de sua estrutura interna [...] as articulações do fenômeno estudado com outros fenômenos e com a totalidade dos fenômenos [...] e para realizar um estudo] não podem faltar a população e seus ritmos e classes, as atividades e seus ritmos, as instituições, a base territorial (e fundiária), as estruturas do capital e do trabalho utilizadas, os processos de comercialização, os ritmos da circulação interna e para fora, etc.

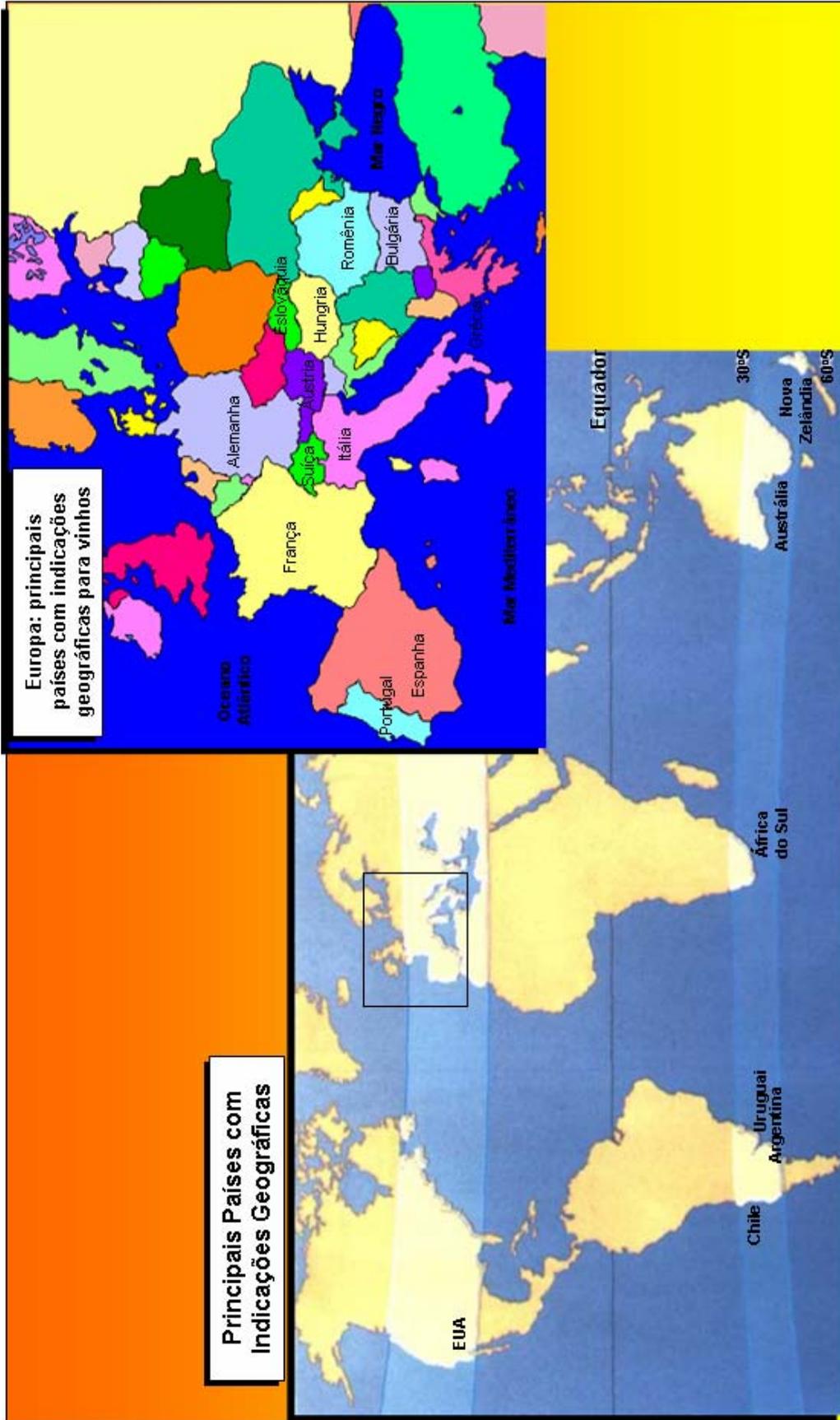
A visão que se tem de um determinado espaço, isto é, a paisagem, é sempre da heterogeneidade e da mudança, que será tanto mais rápida e complexa quanto maior for a ação humana.

O trabalho interdisciplinar acerca de um espaço e a sua definição e/ou delimitação como região pode conduzir a um entendimento parcial ou a uma visão mais ampla e integral do mesmo, o que se espera deste trabalho.

2 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: UM CERTO TIPO DE REGIÃO

A referência a origem geográfica de produtos agrícolas remonta à Antigüidade, se considerarmos os “selos” encontrados nas ânforas, indicando a procedência do conteúdo. Nos tempos modernos, a sinalização da origem dos produtos passa a adquirir uma importância cada vez maior, na medida em que agrega valor econômico ao produto. A mais antiga dessas indicações modernas é a do vinho do Porto, criada pelo Marques de Pombal, em 1756 (PINA, 1997).

As regras e leis que definem essa temática receberam muitos acréscimos e modificações desde essa época. Atualmente, em diferentes regiões e países, existem diversas formas, critérios e níveis de exigência para identificar a origem de muitos produtos agropecuários. Em muitos países europeus são identificados vinhos, frutas, óleos, queijos, embutidos, mel, carnes, cereais, cervejas, água mineral, entre outros produtos. O Mapa 1 destaca países que apresentam alguma forma de identificação espacial para seus vinhos.



Mapa 1. Principais países com Indicações Geográficas: as regiões vitivinícolas tradicionais localizam-se nas zonas de latitudes médias, com destaque para aquelas de países da Europa Ocidental, onde as Indicações Geográficas para vinhos são usadas há muito tempo. Estas também designam produtos tão variados quanto mel, presunto, azeite, queijos, entre outros produtos da agropecuária

No setor vitivinícola, a origem dos produtos é reconhecida mundialmente como um fator de identidade, que tem sido associada ao conceito de qualidade. Essa qualidade é devida, entre outros fatores, ao espaço definido e delimitado, isto é, a região vitivinícola. Sem essa variável, a competitividade dos produtos fica prejudicada, podendo, até mesmo, inviabilizar seu acesso aos mercados.

A Organização Internacional da Uva e do Vinho (OIV), instituição intergovernamental, estabeleceu na reunião de Madrid, em 1992, uma Resolução que definiu os dois níveis das Indicações Geográficas. O nível mais exigente é o da Denominação de Origem Reconhecida e o nível menos exigente é o da Indicação Geográfica Reconhecida. Essas definições foram adotadas pelo Brasil, quando se associou à OIV, em 1995, assim como pela Norma Vitivinícola do MERCOSUL.

De acordo com a Resolução de Madri (OIV,1992, p.1-2)

Denominação de Origem Reconhecida é o nome do país, da região ou do lugar utilizado para designar um produto originário deste país, desta região, deste lugar ou da área definida para este fim sob este nome, e reconhecido pelas autoridades competentes do respectivo país. No que se refere aos vinhos ou destilados de origem vitivinícola, a Denominação de Origem Reconhecida designa um produto cuja qualidade ou características são devidas exclusivamente, ou essencialmente, ao meio geográfico, compreendendo os fatores naturais e fatores humanos e está subordinado à colheita da uva, bem como à transformação no país, na região, no lugar ou área definida.

Continuando, a Resolução apresenta, também, a definição de Indicação Geográfica Reconhecida:

É o nome do país, da região ou do lugar, utilizado na designação de um produto originário deste país, desta região, deste lugar ou da área definida para este fim sob este nome e reconhecido pelas autoridades competentes do respectivo país. No que se refere aos vinhos, o reconhecimento desse nome, está unido a uma qualidade e/ou característica do produto atribuídas ao meio geográfico, que compreende os fatores naturais ou os fatores humanos e está

subordinado à colheita no país, na região, no lugar ou área definida. No que se refere às bebidas destiladas de origem vitivinícola, o reconhecimento deste nome está unido a uma qualidade e/ou característica que o produto adquire durante uma fase decisiva de sua produção e subordinada à realização desta fase decisiva no país, na região, no lugar ou área definida.

A legislação brasileira (BRASIL, 1996) estabelece, nos artigos 176, 177 e 178, que as Indicações Geográficas são de dois tipos: as Indicações de Procedência e as Denominações de Origem. Neste sentido, designa por

Indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço [e por] denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusivamente ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial disciplinou as regras e condições para o registro de Indicações Geográficas no Brasil, em 2000 (INPI, 2000). As definições evidenciam a espacialização do produto, isto é, a associação do produto com seu espaço de origem; porém, não explicitam o que sejam os fatores naturais e humanos.

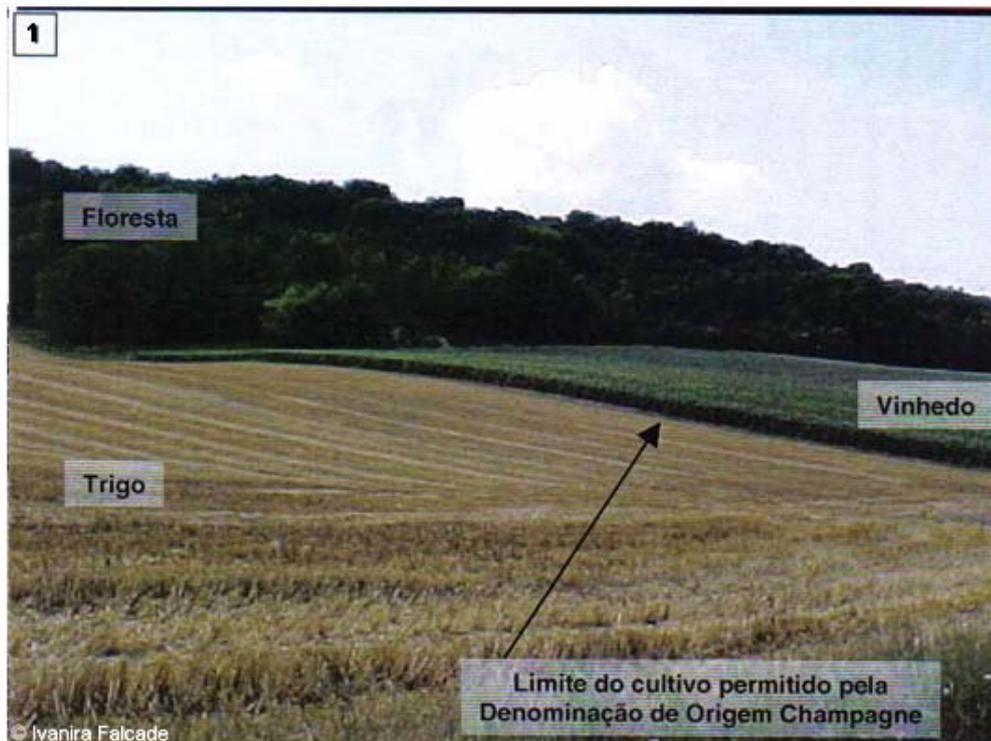
Ao analisar alguns dos processos e parte da legislação de algumas regiões definidas para vinho, por exemplo - Ribera Del Duero e Rioja na Espanha; Barolo na Itália; Porto, em Portugal - percebe-se a importância das condições ambientais. Os fatores humanos ficam mais restritos às práticas vitícolas e às condições de elaboração. É o lugar que deve estar expresso fisicamente no produto.

Milton Santos afirma que *“na Europa, a personalidade de cada região foi constituindo-se como resultado de uma longa evolução e os traços do passado podiam, por isso, cristalizar-se”* (1988, p.63).

Foi possível comprovar isso na visita à região do Champagne (Fotos 1 e 2) e na entrevista realizada com o diretor-presidente do Comitê Interprofessionnel du Vin de Champagne (OEuilly, França), Jean-Marie Tarlant. Ao ser questionado sobre os limites da região e sobre os motivos pelos quais algumas áreas vizinhas a vinhedos não eram igualmente cultivadas ainda que, na aparência, estas fossem ambientalmente iguais às dos vinhedos, ele respondeu reforçando aspectos enunciados na definição da OIV relativos aos fatores naturais e humanos. Jean-Marie Tarlant, entretanto, ao detalhar o processo de definição da região afirmou que os limites foram fixados onde “naquela data, havia vinhedos”. Isto é, onde **o passado se cristalizou** (grifo nosso). Com a fixação dos limites regionais e dos critérios de uso do topônimo Champagne, o espaço e a sua paisagem ficaram ainda mais cristalizados, pois a tendência é a manutenção da forma e da função desde que o produto dele obtido atinja os objetivos propostos pela estrutura vigente.

Ocorreu com a denominação Champagne o mesmo que se verificou com outras Denominações de Origem históricas fixadas principalmente na primeira metade do século XX. Os limites estabelecidos foram aqueles das áreas que já eram cultivadas há muito tempo e que ali vinham mostrando sua melhor expressão qualitativa. Não houve para estas, pesquisas para definir critérios sobre os quais se assentariam as decisões dos limites e características de um produto de uma certa região. Estes foram estabelecidos ao longo do tempo.

1



2



Fotos 1 e 2. Região do Champagne: a Denominação de Origem foi implementada em 1927. É uma das denominações de origem históricas, nas quais os limites estabelecidos, foram, geralmente, aqueles onde havia vinhedos no momento da delimitação. Foto 1 Oeully, foto 2 Hautvillers, vale do Rio Marne, 2003.

A Região da Ribeira Del Duero (Fotos 3 e 4), na Espanha, viveu um processo diferente. Quando os produtores se organizaram para delimitar a região, na década de 1970, mesmo apresentando uma viticultura tradicional, as exigências eram outras. Desse modo, foram realizados levantamentos sobre as condições ambientais da região e identificadas as características do vinho devidas ao espaço geográfico. Entre as condições ambientais, a variável solo foi aquela que discriminou os limites regionais. A região com Denominação de Origem Ribera Del Duero foi estabelecida na área de ocorrência de três classes de solos. Progressivamente, porém, uma das classes seria eliminada², pois não apresentava as condições ideais para obtenção do vinho considerado como típico da região. A eliminação progressiva e não imediata foi decorrência do fato de que a área era cultivada há muito tempo e, se fosse excluída, provocaria um problema social maior do que a vantagem advinda da restrição de uso.

As condições para a implementação e o desenvolvimento de uma Denominação de Origem em países europeus são analisadas por muitos autores como, por exemplo, por Camilla (1987), Dantas (1987), Enders (1987), Hidalgo (1987), Marquet (1987a, 1987b), Seguin (1991), Sotéz e Gómez-Miguel (1999), Tinlot (1987), Tonietto (1993) e Yravedra Llopis (1987, 1997).

² Foram identificadas, na região, cinco classes de solos. Em duas classes, eram cultivadas uvas que resultavam em vinhos de qualidade superior e, portanto, essas classes foram incluídas na região autorizada para a denominação, com exceção das áreas que tinham cobertura florestal e que eram protegidas por lei. Os vinhos produzidos de uvas cultivadas em uma terceira classe eram de padrão médio e, normalmente, esta classe seria excluída, considerando os limites de produção existentes no país. Mas os vinhedos existentes nesta classe de solos foram incluídos na região demarcada, com a condição que não fossem renovados, isto é, cada videira que fosse eliminada não seria substituída e o proprietário somente poderia fazê-lo se a plantasse nas classes de solo aprovadas plenamente. Nas outras duas classes de solos as uvas cultivadas não originavam vinhos considerados típicos e, por isso, foram excluídas da região demarcada. (Informações prestadas pelo diretor do Conselho Regulador da região para a autora, em Roa (Espanha), 6 de outubro de 1997).



Entre estes estudos destaca-se o de Hidalgo (1987). Ao analisar a vitivinicultura da Espanha, este autor afirma que o desenvolvimento de uma Denominação de Origem é influenciado pela existência de um produto de qualidade, com prestígio e tipicidade, e pela organização da produção e da comercialização, dentro de um contexto geográfico, social e econômico.

Quanto ao produto, Hidalgo destaca que a tipicidade é resultante das condições geográficas (solo, clima e microclima), das variedades de videira e dos fatores humanos (práticas culturais e enológicas). Entre os fatores naturais o solo, nas suas características de profundidade, textura, estrutura, pH, fertilidade, entre outras, influencia no caráter e na qualidade dos vinhos.

No clima, segundo o mesmo autor, tanto os fatores geográficos (latitude, altitude e continentalidade), como os elementos meteorológicos (temperatura, insolação e pluviosidade), influenciam diretamente nos processos biológicos da produção vitícola e nas características da uva e, conseqüentemente, na qualidade do vinho.

Detalhes das condições ambientais particulares onde estão localizados os vinhedos - o microclima, segundo Hidalgo - como a topografia (declividade e exposição), os ventos locais/regionais dominantes, o regime de geadas, a proximidade ou não de grandes extensões de florestas ou águas, entre outros, são aspectos que determinam variações nas características e na tipicidade do produto.

Embora o homem tenha pouco poder sobre os fatores ambientais, Hidalgo enfatiza que eles devem ser aproveitados para potencializar seus benefícios na

qualidade da produção. Assim, segundo ele, as práticas culturais precisam ser utilizadas para obter o equilíbrio do potencial vegetativo de cada variedade.

No que se refere às práticas enológicas de manipulação da uva, do mosto e do vinho e de controle da fermentação - entre outros processos de elaboração e envelhecimento – Hidalgo (1987) chama a atenção para a obtenção de produtos típicos da Denominação de Origem.

A qualidade do produto deve ser assegurada por um rígido controle, desde os vinhedos, as práticas culturais, a colheita, o processo de elaboração e de envelhecimento até a comercialização. Em uma região demarcada, esse controle é executado por um Conselho Regulador da Denominação de Origem.

A política francesa de denominações de origem, segundo Marquet (1987a), baseia-se nos seguintes princípios fundamentais: a vontade e a existência de um estado de espírito; as evoluções técnicas e tecnológicas adaptadas e controladas; o respeito pela tipicidade e a preponderância da denominação sobre a marca.

O objetivo básico da Indicação Geográfica é proteger os produtos que dela se originam, assim como sua denominação. Isso beneficia os produtores vitivinícolas, que têm interesses comerciais e ficam sujeitos ao cumprimento de um conjunto de regras de produção. Igualmente, há benefícios para os consumidores, com a garantia de autenticidade da origem e de um padrão mínimo de qualidade dos produtos (TONIETTO, 1993).

O número de regiões delimitadas ou de indicações geográficas existentes em países tradicionalmente vitivinícolas, nos dá uma idéia de sua importância: 351

na França, 245 na Itália, 235 na Alemanha, 36 na África do Sul, 33 na Espanha (Bolletino del Cideao, 1992). Entre os países integrantes do MERCOSUL, a Argentina era o único que possuía, do ponto de vista de regionalização, duas denominações de origem em implementação: San Rafael e Lujan de Cuyo. Além da Argentina, nas Américas, o Chile implementou legislação de regionalização da produção de vinhos em 1979 e 1980 (HERNÁNDEZ, PSZCZÓLKOWSKI E BORDEU, 1992), embora já, em 1931, tivesse sido demarcada a região do Pisco. Nos EUA, a regionalização ocorreu em 1983, através das American Viticultural Areas (AVA's).

A eliminação de barreiras alfandegárias à importação de produtos, no início dos anos 90; a adesão ao Acordo Trips e a Organização Mundial do Comércio (OMC); o ingresso no MERCOSUL e na Organização Internacional da Uva e do Vinho, em 1995, são fatos que passaram a exigir que o Brasil definisse suas regiões de produção e o abandono do uso de Indicações Geográficas de Procedência e Denominações de Origem estrangeiras, com a adoção de uma toponímia própria. Corre-se o risco de prejuízos financeiros elevados, caso o Brasil insista na utilização das denominações estrangeiras, inclusive na proibição de importações de nossos produtos por diversos países³.

No Brasil, ainda está em fase de construção uma metodologia própria que contemple as características nacionais (FALCADE E MANDELLI, 1999; TONIETTO, 1999; FALCADE E TONIETTO, 1995a, 1995b). O primeiro estudo de caráter geográfico realizado sobre essa temática foram desenvolvidos para a Norma Vitivinícola do MERCOSUL (TONIETTO et al., 1993). Outras pesquisas foram

³ As vinícolas da Serra gaúcha, que formaram um consórcio para exportação de vinhos, têm recebido negativas aos seus produtos em países europeus, por falta de uma regionalização dos mesmos, muito embora sua qualidade seja aprovada.

publicadas por Falcade e Tonietto (1995a, 1995b); por Batistella, Tonietto e Falcade (1996); Falcade e Tonietto (1999); Tonietto (1999); Falcade (2000).

O trabalho que desenvolvi com Jorge Tonietto (publicado em mapa-poster e livro, em 1995) mapeou a zona de produção e identificou a toponímia utilizada na região da Serra Gaúcha onde havia o cultivo de videiras para vinhos finos. Essa toponímia é resultado do processo de construção do espaço regional, como demonstram os mais de 270 nomes listados (FALCADE E TONIETTO, 1995a, p.18-21). Como afirma Claval, *“a toponímia é um traço da cultura e uma herança cultural”* (1999, p.202).

Entre os trabalhos desenvolvidos, na busca de Indicações Geográficas próprias, o mais específico e detalhado é o que elaborei sobre o Vale dos Vinhedos tendo, no capítulo de clima, a participação de Francisco Mandelli e sendo o capítulo de solos elaborado por Carlos A. Flores, Pedro J. Fasolo e Reinaldo O. Potter. O detalhamento deste trabalho será apresentado no capítulo quatro.

Diversos pesquisadores da Embrapa Uva e Vinho, com a colaboração da Universidade de Caxias do Sul, vêm desenvolvendo estudos específicos para o conjunto da região da Serra Gaúcha e para a região de Pinto Bandeira (município de Bento Gonçalves).

A implementação de uma Indicação Geográfica está ligada às necessidades da sociedade, como fato e condição de um processo que é, ao mesmo tempo, político, econômico, social e ambiental. Assim, a delimitação de um espaço para uma Indicação Geográfica é o estabelecimento de uma regionalização, bem como o espaço delimitado de uma Denominação de Origem ou de uma Indicação de Procedência é um certo tipo de região.

3 A REGIONALIZAÇÃO DA VITIVINICULTURA NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO

A vitivinicultura brasileira tem seus primórdios relacionados ao processo de colonização portuguesa e espanhola, iniciados no século XVI. Durante esse período, a atividade foi desenvolvida em áreas pontuais de diversos estados, muito embora em alguns tenha se destacado (INGLES DE SOUSA et al, 1996).

A evolução da vitivinicultura no Estado do Rio Grande do Sul e na Região da Serra Gaúcha, em geral, e no Vale dos Vinhedos, em particular, está diretamente ligada à identidade do imigrante italiano. Sendo o vinho um elemento tradicional de sua cultura, os italianos trouxeram mudas de videiras, quando imigraram. Embora estas mudas, em geral, não tenham vingado, o imigrante procurou outras variedades, mas também insistiu com algumas, como a Moscato, por exemplo, que era importante elemento característico de sua identidade.

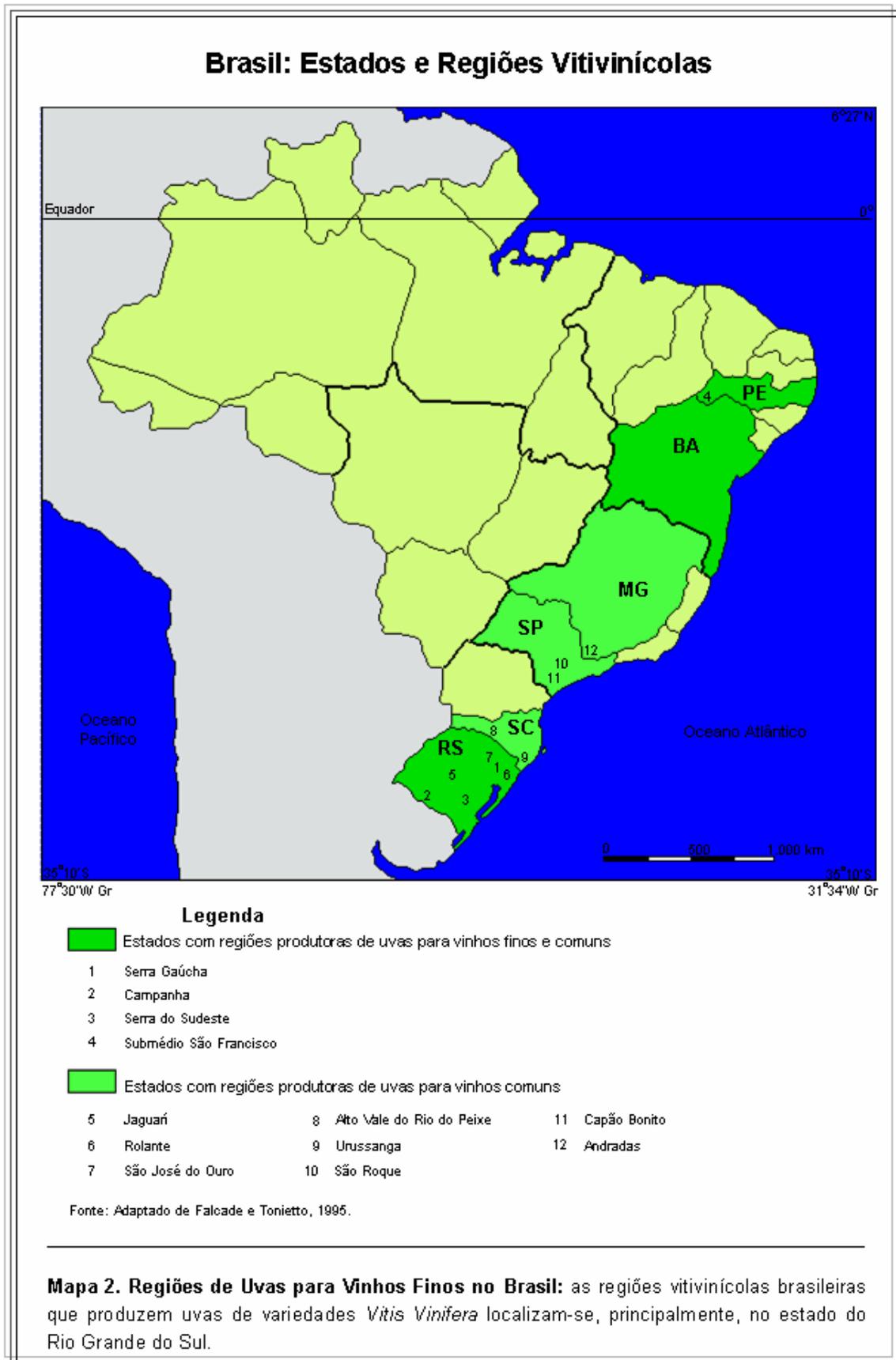
A denominada Região Vitivinícola da Serra Gaúcha, onde se localiza a área da Região Vitivinícola do Vale dos Vinhedos, teve nesta atividade um dos *locus* da acumulação, que permitiu a modernização industrial e sua inserção na economia nacional (DACANAL E GONZAGA, 1979).

Embora a legislação brasileira (Brasil, 1990) identifique Zonas de Produção por estados, não há especificação ou remissão a qualquer critério que defina os limites dessas zonas. É o que ocorre, por exemplo, com a zona de Fronteira⁴ para o Estado do Rio Grande do Sul.

Uma pesquisa recente estabeleceu, para o Brasil, doze regiões produtoras de uvas para industrialização (Mapa 2). A regionalização estabeleceu como critérios a área e o volume de produção e usou os limites administrativos dos municípios para o limite das regiões (TONIETTO E FALCADE, 1994).

A pesquisa identificou seis regiões no Rio Grande do Sul, assim nomeadas: Serra Gaúcha, Campanha, Serra do Sudeste, Rolante, Jaguarí e São José do Ouro; duas em Santa Catarina: Alto Vale do Rio do Peixe e Urussanga; duas em São Paulo: São Roque e Capão Bonito; uma em Minas Gerais: Andradas; e uma entre os estados da Bahia e Pernambuco: o Submédio Vale do Rio São Francisco. Há, ainda, no Brasil outras áreas que produzem uva destinada à industrialização - mas que não atenderam os critérios estabelecidos - e outras que o fazem para o consumo *in natura*. Algumas dessas regiões têm na atividade uma importância regional ou nacional, quer pelo seu valor socioeconômico, quer pela identidade que a ela está associada. A maioria destas regiões cultivam uvas de variedades das espécies *Labrusca* e *Burquina* ou híbridos, que originam os denominados vinhos de consumo corrente ou de mesa. Nas regiões da Serra Gaúcha, da Campanha, da Serra do Sudeste e do Submédio Vale do Rio São Francisco (Fotos 5, 6, 7, 8, 9 e 10) são cultivadas uvas das variedades *Vitis vinifera* que originam os vinhos finos.

⁴ Fronteira é uma área de tamanho indefinido que pode ser uma faixa de muitos quilômetros ao longo do limite entre o estado e o Uruguai e a Argentina, o que resulta em uma área de algumas centenas de km², desde o Chuí até Frederico Westphalen.





Fotos 5 e 6. Região da Serra Gaúcha: a viticultura tradicional, conduzida na forma de latada, ocupa, principalmente, áreas de encosta, mas a viticultura moderna tem introduzido modificações, como a condução em espalheira, na busca de uma produção mais qualificada para a obtenção de melhores vinhos.



Foto 7. Região da Campanha: a viticultura, introduzida na região durante a década de 1970 no município de Santana do Livramento, tem se expandido, principalmente, para os municípios de Bagé, Candiota e Hulha Negra.

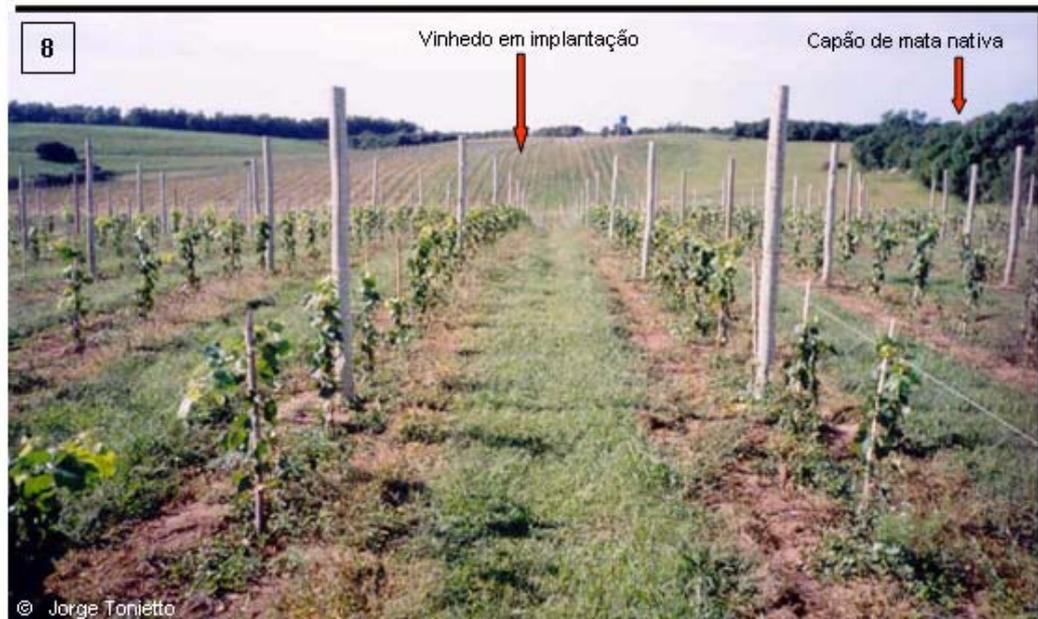


Foto 8. Região da Serra do Sudeste: a vitivinicultura iniciou há cerca de duas décadas, mas somente nos últimos 5 anos está ganhando impulso, especialmente, com a expansão de empresas da Serra Gaúcha que buscam terras mais baratas e de boas condições ambientais.



Fotos 9 e 10. Região do Submédio Vale do Rio São Francisco: a vitivinicultura moderna iniciou com os projetos de irrigação da Sudene, especialmente para o consumo in natura. Para a produção de vinhos houve um período nos anos 1980, mas neste início de século recebe novos investimentos que empregam técnicas adequadas às características de região tropical.

A evolução tecnológica, ao longo das últimas três décadas, aplicada ao processo produtivo vitícola e vinícola, tem resultado em produtos que estão conquistando renome e mercados cada vez mais exigentes. São as áreas que cultivam *Vitis vinifera*, onde a produção qualificada apresenta possibilidades de implementação de Indicações Geográficas.

Segundo Lapolli et al. (1995), as mudanças nas relações econômicas mundiais e a ampliação dos mercados, a redefinição de blocos econômicos e a abertura da economia brasileira são transformações que estão exigindo dos atores econômicos novas posturas.

O consumo de vinho é muito baixo no Brasil (cerca de 2 litros *per capita* por ano) e a tendência no mundo, segundo dados da Organização Internacional da Uva e do Vinho, é de redução. No entanto, para o segmento dos produtos de qualidade há uma tendência de crescimento (BIANCHI DE AGUIAR, 1999).

A qualidade do vinho está associada diretamente a sua origem. Esta origem traz consigo, de um lado, a marca do conhecimento, consubstanciada na tecnologia e nos equipamentos utilizados no processo produtivo até chegar ao consumidor. Por outro lado, esta qualidade está marcada pela origem geográfica dos mesmos.

Conforme salientado anteriormente, inúmeros estudos comprovaram a relação entre as condições ambientais e as características do vinho. As condições geográficas do território onde estes foram produzidos ficam impregnadas nas características físicas e químicas da uva e do vinho, especialmente, aquelas devidas ao clima e ao solo. Resumidamente, pode-se dizer que os produtos vitivinícolas são

a expressão do meio geográfico, da cultivar, das práticas vitícolas e dos processos enológicos empregados.

Até os anos 90, a vitivinicultura brasileira não havia implementado, para nenhuma região produtora, os conceitos de Indicação Geográfica, seja do tipo Indicação de Procedência ou do tipo Denominação de Origem, embora existissem demandas neste sentido, conforme pode-se constatar na legislação que vigorava (BRASIL, 1990) e em estudos (TONIETTO, 1993).

Falcade e Tonietto (1995a) afirmaram que as Indicações Geográficas eram o caminho para o Brasil alcançar um novo patamar qualitativo, melhorar a comunicação com o consumidor, resultando em maior competitividade, tanto no mercado nacional quanto no internacional.

5 EVOLUÇÃO DA VITIVINICULTURA NAS REGIÕES SERRA GAÚCHA E VALE DOS VINHEDOS

O espaço geográfico da Região Vitivinícola do Vale dos Vinhedos localiza-se no contexto da Região da Serra Gaúcha, espaço construído no processo de imigração, promovido no país, principalmente, na fase final do Império até as primeiras décadas da República. No Rio Grande do Sul, este processo assumiu a forma de colonização, com base na pequena propriedade e no trabalho familiar.

As informações existentes sobre esse processo histórico são genéricas para toda a Serra Gaúcha, valendo, portanto, para o Vale dos Vinhedos. Por isso este capítulo faz referência ao conjunto da região, mas, sempre que possível, será particularizado para o Vale dos Vinhedos.

Na região, a imigração italiana teve início em 1875, quando foram estabelecidos os três núcleos iniciais: Colônia nos Fundos de Nova Palmira (mais tarde Colônia Caxias), Dona Isabel e Conde D'Eu, respectivamente, Bento Gonçalves e Garibaldi. A quarta colônia irá estabelecer-se no que se constitui a região de Santa Maria.

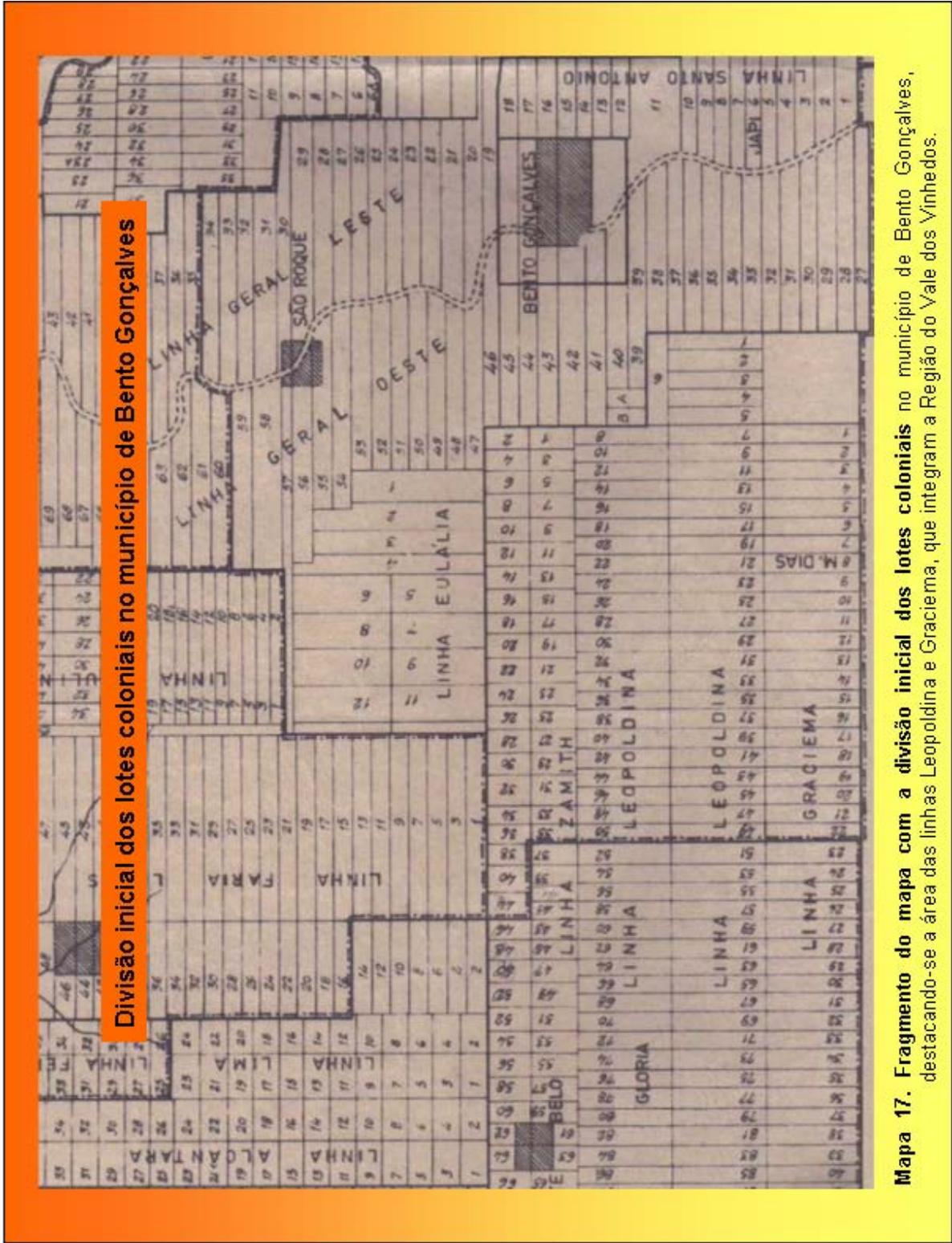
Os núcleos de colonização Dona Isabel e Conde D'Eu começaram a se desenvolver com a chegada dos imigrantes italianos, em dezembro de 1875 e no início de 1876, após a tentativa fracassada de ocupá-los com imigrantes franceses (PELLANDA, 1950, p.53). Os primeiros imigrantes italianos, em sua maioria procedente do Norte da Itália⁶, compraram e ocuparam, inicialmente, as terras devolutas localizadas na encosta do Planalto do Nordeste do Rio Grande do Sul, entre os Campos de Cima da Serra, ao norte, e as colônias alemãs da Depressão Central, ao sul.

A vila de Caxias foi localizada no alto de um patamar, de topografia ondulada, a uma altitude que varia entre 760 e 820m. Por sua vez, as vilas de Bento Gonçalves e Garibaldi foram criadas no fundo de pequenas depressões, circundadas de morros, a altitudes entre 600 e 650 m.

O projeto de colonização italiana desenvolveu-se sob orientação da Lei nº601, de 1850 (regulamentada em 1854), conhecida como Lei de Terras. Essa lei, além de proibir a doação de terras pelo governo, previa também a forma de parcelamento e a direção que os lotes deveriam ter. Isto nem sempre foi respeitado, como se pode ver no mapa do parcelamento das colônias - Mapa 17 (Paris, 1996).

Segundo De Boni (1987, p.80) "*Cada colônia foi dividida em léguas, estas em linhas ou travessões que, por sua vez, dividiam-se em lotes*". O projeto foi posto em prática após duas expedições à região (ADAMI, 1971). Este apresentava um traçado geral da área sobre o qual foram desenhados os lotes, tendo sido observado apenas o acidente geográfico de maior destaque, o Rio das Antas.

⁶ Existem dezenas de obras sobre a colonização italiana no RS, como por exemplo Azevedo (1975), Frosi e Mioranza (1975), Manfroi (1975), De Boni (1987), entre outros.



Mapa 17. Fragmento do mapa com a divisão inicial dos lotes coloniais no município de Bento Gonçalves, destacando-se a área das linhas Leopoldina e Graciema, que integram a Região do Vale dos Vinhedos.

A irregularidade do terreno nem sempre permitiu que os lotes tivessem o sentido meridiano conforme previa a lei. O tamanho das colônias, o número de travessões por léguas e o de lotes por travessão era variável, embora a legislação apresentasse como padrão o lote de 110m de frente por 2.200m de fundos, o que resulta em pouco mais de 24 ha, conhecido como colônia.

A ocupação das terras em toda a região foi rápida. A relação entre o reduzido tamanho dos lotes e o número elevado de filhos nas famílias dos imigrantes formou, desde logo, um excedente de população que passou a buscar novas áreas para se estabelecerem, especialmente por ocasião do casamento. De acordo com Frosi e Mioranza (1975), das colônias velhas de Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu, a área de colonização estendeu-se gradativamente na direção norte, para a margem direita do Rio das Antas, acompanhando a continuidade dos trabalhos de demarcação e loteamento das terras devolutas pelo Governo do Estado.

Em 1884, as colônias Dona Isabel e Conde D'Eu passaram a fazer parte do município de São João do Montenegro, como Quarto Distrito. Em 11 de outubro de 1890, pelo Decreto de nº. 474, estas formam um município, com o nome de Bento Gonçalves, sendo a sede elevada à categoria de cidade. Conde D'Eu emancipou-se de Bento Gonçalves, em 1900, passando a ser denominada de Garibaldi (ADAMI, 1971).

Nessas pequenas propriedades, o imigrante construiu um espaço caracterizado pela policultura. Rapidamente as encostas do planalto, cobertas de densa vegetação, deram lugar ao cultivo de cereais, hortaliças e frutas, e à criação de aves, suínos e gado. O que começou a ser produzido para consumo da família, com base em seu trabalho, rapidamente produziu um excedente, constituído

principalmente de milho, trigo, feijão, batata, vinho, banha, salame, queijo, entre outros. Estes produtos eram comercializados, primeiramente, nas “*vendas*” da linha. Depois passavam para a cidade e, a seguir, para os centros maiores, especialmente, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro.

As mercadorias eram transportadas por carroças e cargueiros, que circulavam por precários e estreitos caminhos, até o município de São Sebastião do Caí ou de Montenegro. Desses locais seguiam, através de embarcações, com destino à capital do Estado e, posteriormente, ao centro do país (PELLANDA, 1950).

O imigrante italiano era, ao mesmo tempo, um agricultor e um artesão. No interior das unidades agrícolas havia diversificação das atividades, o que as tornava relativamente auto-suficientes. A produção era realizada em pequena escala, de forma artesanal e com mão-de-obra familiar.

Além disso, a virtualidade técnica do imigrante, trazida de seu país de origem, viabilizou nas vilas, desde o início, o surgimento de diversas atividades ligadas à indústria. Entre os ofícios que os italianos dominavam, mencionam-se os de carpinteiro, pedreiro, tanoeiro, ferreiro, sapateiro, marceneiro, funileiro, farmacêutico, músico, operário, entre outros.

A inserção da região no mercado nacional, através do comércio, foi relativamente precoce. Isto está relacionado ao caráter da colonização do Rio Grande do Sul e a formação de um excedente na produção agrícola de subsistência. A expansão dos centros urbanos no país e a ampliação do mercado consumidor aumentaram a demanda por produtos básicos, garantindo a colocação imediata dos produtos da agropecuária colonial.

A região é marcada, na década de 1910, pela tentativa frustrada de implantar o cooperativismo, especialmente, em Bento Gonçalves e em Caxias do Sul. As cooperativas agropecuárias e vinícolas duram poucos anos.

Apesar das dificuldades existentes no transporte das mercadorias, a inserção da região no mercado nacional processou-se, tanto por iniciativas isoladas de imigrantes locais, como por grupos de intermediários que detinham um certo monopólio na comercialização. Segundo Manfroi (1975, p.20) *“Toda a produção das colônias italianas até 1910 passava por intermediários, em geral de origem alemã, instalados nas antigas colônias alemãs”*.

A ligação ferroviária⁷ com a capital do estado significou o fim da dependência em relação ao porto de São Sebastião do Caí e à dinamização no processo econômico. Para Frizzo (1984, p.47)

O encurtamento da distância via implantação relativamente antecipada da ferrovia e a instalação da energia elétrica em 1913 significou a criação de condições básicas para a expansão e surgimento de novas atividades econômicas.

A ferrovia possibilitou o início da fase comercial propriamente dita, com a instalação de diversos estabelecimentos vinícolas e de outros ramos industriais, em alguns municípios da região.

As mudanças no modelo de consumo do país, contudo, com a formação de uma classe assalariada urbana e a conseqüente expansão de um mercado consumidor, agilizaram a expansão industrial da região.

⁷A ligação ferroviária da capital ocorreu com Caxias em 1910, com Garibaldi em 1918 e com Bento Gonçalves em 1919.

No interior dos municípios, era significativo o número de moinhos que atuavam na moagem do trigo e do milho - cereais largamente utilizados na alimentação dos imigrantes italianos, como nas massas e na polenta. Ao mesmo tempo, as cantinas eram muito freqüentes nos porões de pedra das casas dos colonos.

Documentos da época revelam o quadro geral de dificuldades que os imigrantes enfrentavam. Também demonstram que o cultivo da videira e o consumo de vinho faziam parte da vida e da identidade dos mesmos, em toda a região (IL CORRIERE, 1913-1926; MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, 1925; PELLANDA, 1950; LORENZONI, 1975; BUNSE, 1978).

Lorenzoni (1975), imigrante italiano e morador na área da Região Vitivinícola do Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves, destaca muitas vezes em suas memórias do início do século XX, como era “*verdadeiro néctar*” o vinho produzido na Linha Leopoldina.

O agrônomo e enólogo italiano Celeste Gobatto, articulista do jornal *Il Corriere d'Italia* (1913), publicado em Bento Gonçalves, critica o cultivo da uva Isabel e refere-se, muitas vezes, a variedades européias, como a Bonarda, estimulando seu plantio para a melhoria da qualidade do vinho. O jornal cita Monte Belo e, mais especificamente, a Linha Leopoldina, como o mais importante centro de produção de vinho do município de Bento Gonçalves e, atribuiu ao produto, o conceito de “*invero eccellenti*”.

Uma demonstração da importância cultural da vitivinicultura na Região do Vale dos Vinhedos pode ser avaliada por certo fato ocorrido em 1925. Em uma

estiagem prolongada faltou água na região. A comunidade do 6 da Leopoldina⁸, que construía sua igreja lançou mão de vinho para fazer a argamassa e concluir o que é atualmente a Igreja Nossa Senhora das Neves.

A importância da vitivinicultura como atividade econômica pode ser avaliada, também, pela instalação de estações experimentais de viticultura e enologia estaduais e federais, durante a década de 1920, em diversos municípios da Região Vitivinícola da Serra Gaúcha, onde foram adaptadas e multiplicadas muitas variedades de *Vitis vinifera*. Nesta fase, ampliou-se também a vinda de técnicos, agrônomos e enólogos. O ensino e a pesquisa realizado pelas estações e pelos técnicos muito contribuíram para implementar e melhorar a qualidade dos vinhos.

A década de 1920 foi marcada pela criação da legislação que proíbe a matança doméstica de suínos e a de 1930 pelo estabelecimento de exigências legais e sanitárias, para a produção da farinha e do vinho pelos colonos. Esses fatos dificultaram muito a produção artesanal e criaram as condições básicas para a expansão e o surgimento de novas atividades econômicas, bem como para o crescimento do número de pequenas unidades produtivas ao lado de poucas grandes indústrias que se instalaram nas áreas urbanas, principalmente, de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi (FALCADE, FRIZZO, BACHI, 1993).

A policultura caracterizou a região agricolamente até a década de 1920 e 1930, quando, o crescimento dos núcleos urbanos da região evidenciou algumas diferenças internas (FALCADE, 1984). Enquanto Caxias do Sul avançou para a indústria de transformação, Bento Gonçalves e Garibaldi ampliaram sua base

⁸ Algumas vezes o nome de uma comunidade ou lugar é o número do lote onde foi construída a sede desta comunidade constituída, inicialmente, de igreja e salão de festas e, algumas vezes, a escola.

industrial em produtos agrícolas, especialmente a agroindústria vinícola (SANTOS, 1978).

À medida que se expandiram as atividades industriais nas áreas urbanas das cidades de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, as populações dessas cidades cresceram a taxas cada vez maiores, tanto que o censo de 1940 revela que mais de 50% da população do município de Caxias do Sul já era urbana. Esse crescimento urbano resultou, também, em novos municípios, como é o caso de Farroupilha (FALCADE, FRIZZO, BACHI, 1993).

Enquanto crescia a participação da indústria na composição do PIB dos municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves, a diversificação da agricultura vai perdendo gradativamente sua importância. E as propriedades rurais, dadas às características da partilha por sucessão hereditária, ficaram gradativamente menores. A população excedente vai migrando, instalando-se em áreas cada vez mais distantes - norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina e Paraná - para onde levaram a tradição e o costume de plantar a uva, bem como fazer e consumir vinho.

No período da década de 1930 até o final dos anos 1960, ocorreu um incremento significativo na área cultivada, no volume e na qualidade da produção vitivinícola em toda a Região da Serra Gaúcha, destacando-se os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi, de modo particular a área que corresponde à Região Vitivinícola do Vale dos Vinhedos. Como a produção vinícola familiar para a comercialização fora proibida, os viticultores comercializam a produção de uvas com as vinícolas localizadas nas cidades.

A paisagem rural viveu um lento processo de alteração na sua composição. Junto com a monoculturização da videira, as casas de madeira cederam lugar para construções em basalto, assim como os pequenos capitéis e igrejas em madeira foram substituídas pelas igrejas maiores em basalto e em tijolos.

O crescimento da importância da vitivinicultura desta fase pode ser avaliada pelo aumento das festas relacionadas com a uva e o vinho, que passaram a ocorrer em diversas comunidades. A importância pode ser reconhecida, igualmente, na criação de uma Escola Técnica de Viticultura e Enologia, em 1959, em Bento Gonçalves.

Do ponto de vista financeiro, a atividade vitivinícola da região foi responsável por grande parte da acumulação de capital que contribuiu para o desenvolvimento da indústria, a partir dos anos 50 (DACANAL e GONZAGA, 1979), e pela identidade que a região construiu no país.

O desenvolvimento industrial verificado no Brasil, a partir das décadas de 1950 e 1960, disponibilizou insumos que possibilitaram uma nova mudança na realidade vitícola regional. Ocorre a expansão da área cultivada com cultivares de videiras européias, especialmente nas décadas de 70 e 80, com o incremento da produção de vinhos de melhor qualidade e ampliação do mercado consumidor.

Nessa terceira fase, ainda eram as antigas grandes vinícolas, localizadas nas cidades, que concentraram a maior parte da produção de vinhos. Surgiram, no entanto, vinícolas novas, inclusive, de capitais franceses, italianos e americanos.

Os viticultores da Região do Vale dos Vinhedos comercializavam sua produção diretamente com as grandes vinícolas ou se associavam a alguma

cooperativa, como a Cooperativa Vinícola Aurora e a Cooperativa Vinícola Garibaldi, que tinham postos de recebimento da produção no vale.

Nessa fase se evidencia, sobremaneira, a importância do ensino e da pesquisa, ligados ao setor vitivinícola. O governo brasileiro criou, em 1975, o Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho (atualmente Embrapa Uva e Vinho), localizado em Bento Gonçalves. Os governos estadual e municipal expandiram ou criaram serviços de assistência técnica aos viticultores (ASCAR/EMATER). Os resultados podem ser verificados na adoção de novas tecnologias, empregadas na atividade e na melhoria dos vinhedos e dos vinhos. É a fase de expansão dos vinhos varietais.

A década de 1980 marcou a primeira tentativa de regionalizar a vitivinicultura brasileira. Neste contexto, em 1985, elaborei, na Cooperativa Vinícola Aurora, o mapeamento da viticultura do Vale Aurora (município de Bento Gonçalves), com o objetivo de subsidiar a exportação de vinhos, documentando a origem da matéria-prima. Naquela ocasião, a Aurora produziu um vinho varietal ao gosto americano e a exportação estava para começar. A legislação americana, porém, exigia a informação sobre a origem da matéria-prima para liberar o ingresso do vinho (as AVA's já haviam sido implementadas). Como o Brasil não possuía nenhuma região demarcada, o mapeamento do Vale Aurora teve o objetivo de atender a essa demanda. Os viticultores dessa área eram, na sua maioria (mais de 90%), associados à vinícola e tinham um elevado percentual de produção de viníferas, que eram utilizadas na produção do referido vinho. Assim, sobre um mapa de altimetria do Vale Aurora, na escala 1 : 10.000, foram traçados os vinhedos dos associados, identificando cada um dos produtores.

O setor vitivinícola, entretanto, enfrentou crises que foram sempre mais contundentes para os produtores rurais (SANTOS, J; 1978). No final dos anos de 80 e princípios dos anos 1990 a crise nas grandes vinícolas, entre outras causas, levou alguns viticultores a necessidade de decidirem os rumos de sua produção.

Era o início do processo que conduziria a quarta e atual fase da vitivinicultura regional com o surgimento de dezenas de pequenas vinícolas, localizadas no meio rural e a tecnificação/cientifização da produção vitivinícola. Entre as estratégias do setor para procurar/conquistar reconhecimento e mercado, destaca-se a participação em concursos e eventos relacionados ao vinho, no Brasil e no exterior. Os resultados, entre outros, são dezenas de premiações.

Como já foi mencionado, o crescimento do setor vitivinícola levou o Brasil a ingressar na OIV, em 1995, e, conseqüentemente, a arcar com as exigências da criação suas próprias Indicações Geográficas.

Atualmente, a produção de uvas e vinhos do Brasil concentra-se no Rio Grande do Sul, com 68% da produção de uvas e 90% da produção de vinhos e derivados. A produção de uvas é realizada por, aproximadamente, 16 mil produtores e as atividades vinícolas são desenvolvidas por cerca de 400 estabelecimentos, compreendendo, em grande parte, pequenas e médias empresas e cooperativas (LAPOLLI et al., 1995; MELLO, 1995).

Segundo Lapolli et al. (1995), a organização da produção está baseada em pequenas unidades familiares, com cultivos permanentes associados a culturas de subsistência. Isto tem propiciado aos viticultores um nível de vida bastante elevado, em relação aos padrões rurais brasileiros.

A partir de esforços realizados nas décadas passadas, a vitivinicultura gaúcha – e por extensão a brasileira – atingiu um grau de evolução satisfatório quanto ao atendimento das necessidades do mercado nacional, considerando o cenário econômico protecionista que vigorava até então. Para isso, as empresas vinícolas investiram, nas últimas décadas, na melhoria da matéria-prima, modernizaram os equipamentos e métodos utilizados na elaboração dos vinhos; lançaram novos produtos no mercado e até conquistaram uma pequena fatia do mercado externo.

Com a abertura de mercado e o advento do MERCOSUL, este quadro se modificou sobremaneira. As perspectivas de ampliação do mercado externo confrontam-se com uma série de obstáculos e o mercado interno está ameaçado com as crescentes importações de vinhos. Em 1992, as importações representaram 13,4% do total dos vinhos finos comercializados no país. Em 1993, passaram para 19,4% e, em 1994, para 31,6%. Em 1994, as importações somaram 35 milhões de dólares. Em 1995, dados não oficiais acenavam para a casa dos 50 milhões de dólares. O consumo desta faixa de vinhos aumentou de 45,65 milhões de litros, em 1992, para 68 milhões, em 1994 (MELLO, 1995). No X Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia (MIOLO, 2003) a proporção apresentada foi de um consumo de 50% de importados.

Para Porter (1993), nesta fase de relações econômicas globalizadas a palavra-chave é competitividade. Mas a base da vantagem competitiva deslocou-se da eficiência estática para a melhoria dinâmica. A base da vantagem não está mais nos insumos baratos ou na economia de escala das empresas, mas na capacidade constante dessas empresas em se aprimorarem e renovarem conhecimentos e

tecnologias. As empresas deverão decidir por um dos dois tipos de vantagem competitiva: o do baixo preço ou o da diferenciação.

Ao comentar as estatísticas da OIV, Bianchi de Aguiar (1999) afirmou que os vinhos com Denominações de Origem são cada vez mais comercializados e consumidos e que os preços apresentam contínuo aumento. Para os vinhos de mesa, no entanto, o consumo diminuiu no mundo inteiro e os preços estão caindo. Segundo o autor, proteger as Denominações de Origem significa proteger a atividade dos viticultores e proteger o futuro da viticultura mundial.

Atualmente esse cenário se mantém. Diversos conferencistas do *Colloque International Paysages de Vignes et des Vins* (Angers, 2003), afirmaram que proteger as regiões com Indicação Geográfica é proteger o espaço e a sociedade que as produz, a exemplo das regiões do Douro (Portugal) e do Vale do Loire (França), regiões consideradas Patrimônio da Humanidade pela ONU.

No contexto da regionalização dos espaços mundiais, com a formação de blocos de países, onde as fronteiras adquirem novos significados, as Indicações Geográficas passam a ter importância estratégica para os países, face às consequências econômicas, sociais e culturais, intrínsecas ao processo.

O peso disto pode ser avaliado na importância que os vinhos com Denominação de Origem estão tendo nas negociações entre Brasil e União Europeia. Na pauta de negociações, a União Europeia listou mais de 2 mil regiões com produtos demarcados enquanto o Brasil apresentou apenas uma – a região do Vale dos Vinhedos!

Considerando o que foi exposto, é possível identificar que o instituto das Indicações Geográficas se constitui numa forma de organização da produção e da comercialização, ou seja, das atividades econômicas do setor ao qual está vinculada.

Alterações nas atividades produtivas provocam mudanças na paisagem e no espaço geográfico. Mas a implementação de Indicações Geográficas podem se constituir numa forma de planejamento territorial em escala local/regional? Esse planejamento pode representar uma forma de indução ao desenvolvimento? Essa é a reflexão do próximo capítulo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi abordar a organização do espaço da Região Vitivinícola do Vale dos Vinhedos, a partir das transformações desse espaço com a adoção, pela primeira vez no Brasil, de uma Indicação Geográfica. Uma Indicação Geográfica representa uma proposição de estruturação de uma atividade econômica em um determinado território, feita pelo setor produtivo e oficializada por legislação própria.

As questões que nortearam a reflexão foram sendo desenvolvidas ao longo dos capítulos, tendo por referência os conceitos de espaço geográfico e de região. As questões essenciais eram: uma área com Indicação Geográfica é uma região? A implementação de uma Indicação Geográfica implica em transformações espaciais e em desenvolvimento?

Após revisão dos conceitos básicos e do conceito de Indicação Geográfica, foram abordados os temas da regionalização da vitivinicultura no Brasil e da área delimitada da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos e suas características ambientais; a evolução da vitivinicultura na área da Serra Gaúcha e do Vale dos Vinhedos e as permanências e transformações no espaço geográfico da

região do Vale dos Vinhedos, relacionadas à implementação da primeira Indicação Geográfica para vinhos, em nível de Procedência, no Brasil.

A área com Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos (IPVV) é uma região, um espaço socialmente construído e historicamente localizado, é parte do todo que o contém. A sua organização insere-se no contexto da sociedade brasileira atual, plena de contradições, na qual o espaço rural vem apresentando mudanças de ocupação, relacionadas sobretudo ao deslocamento de algumas atividades antes características do meio urbano (enoturismo) e de implementação de um diferencial na mercadoria produzida (Indicação de Procedência).

A Lei de Propriedade Industrial (LPI) - Lei Nº 9.279, de 14.05.1996 - concretizou a possibilidade de implementação e reconhecimento das Indicações Geográficas no Brasil (BRASIL, 1996) e a Resolução 075/2000, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, as condições para o registro das Indicações Geográficas (INPI, 2000). O setor vitivinícola da Região do Vale dos Vinhedos, através de sua entidade de representação, a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE), pôde, assim, solicitar a implementação da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos.

As transformações espaciais na região iniciaram muito antes que a IPVV fosse legalizada, porém o regulamento da IPVV, em 2001, concretizou e implementou muitas dessas mudanças na produção, controle e comercialização de vinhos finos. Essas mudanças se concretizaram no espaço como rugosidades, algumas evidentes na paisagem, outras, sutis e quase imperceptíveis.

As principais mudanças identificadas na vitivinicultura da região da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos que pode pleitear o uso do selo foram:

- 1) a produção em área delimitada, num total de 81 Km², localizada em parte dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul;
- 2) a definição de variedades para elaboração de vinhos exclusivamente com *Vitis vinifera*, sendo 10 tintas e 11 brancas/rosadas;
- 3) a fixação de uma produtividade máxima de até 150 hectolitros de vinho/ha;
- 4) a exigência de que, no mínimo, 85% da uva utilizada na elaboração dos vinhos seja da área delimitada para a produção;
- 5) a autorização de elaboração de são sete vinhos: seco tinto, branco e rosado, leve, espumante natural, moscatel espumante e licoroso;
- 6) a exigência da elaboração, envelhecimento e engarrafamento dos produtos na área delimitada;
- 7) a definição de padrões de identidade e qualidade química e organoléptica mais restritivos do que o estabelecido pela legislação brasileira de vinhos, incluindo uma avaliação sensorial por Comissão de Degustação¹⁷;
- 8) o uso obrigatório da expressão Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos no rótulo para identificar a origem, além de introduzir um selo numerado para controle de cada garrafa comercializada;
- 9) a introdução de um caderno/livro de registro para controle da produção vitivinícola em cada cantina;
- 10) a criação de um Conselho Regulador¹⁸ para a gestão da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, cujos membros são indicados pela APROVALE.

¹⁷ Composta por três representantes da Embrapa Uva e Vinho e dois técnicos de vinícolas da APROVALE.

¹⁸ Composto por seis representantes de vinícolas, um de entidade de consumidores e dois de instituições técnico-científicas.

Na estratégia da APROVALE para dotar o nome Vale dos Vinhedos de uma identidade própria, reconhecida regional e nacionalmente, foram ressaltados aspectos culturais já associados, no Brasil, à uva e ao vinho, tais como o imigrante italiano ou seu descendente, a paisagem vitivinícola da região, as enofestas, o artesanato, entre outros símbolos. Para tornar este topônimo conhecido e reconhecido como identificador de um produto com origem determinada o enoturismo foi muito usado.

A implementação da IPVV legalizou uma auto-regulação que o setor vitivinícola escolheu e que, ao ser efetivada, levou a transformações espaciais. A sociedade regional organizada age externamente ao seu espaço, mas as conseqüências dessas ações resultam em transformações internas, como pode ser avaliado em situações muito diversas, que vão desde a pavimentação das principais vias de circulação e o aumento da disponibilidade de telefonia, até o pedido à Prefeitura de Bento Gonçalves de um Plano Diretor de Ordenamento Territorial Rural, para a região do Vale dos Vinhedos.

As ações internas também promoveram transformações e induziram a um certo desenvolvimento, ao criarem algumas das condições necessárias ao aumento de renda e a melhoria das condições de vida. Isto foi verificado não somente junto aos envolvidos na agro-indústria do vinho, mas também àqueles que somente produzem a uva ou desenvolvem outras atividades, inclusive o artesanato.

O tema das Indicações Geográficas pode ser analisado por diversas áreas do conhecimento, como a Economia e o Direito, mas, sobretudo pela Agronomia. Aliás, na maioria dos países, esta é a área que, talvez, mais contribua.

Na Geografia, este tema, também poderá ser abordado para outras culturas ou sob outros ângulos, como, por exemplo, aquele da paisagem vitícola.

Embora não sejam imutáveis, as paisagens estão fixas no espaço, como testemunho de uma cultura, de um tempo. Há elementos na paisagem do Vale dos Vinhedos que são expressões da identidade cultural dessa sociedade, como o uso dos plátanos para sustentação dos vinhedos, diferente de qualquer outra região demarcada em qualquer país.

Observar uma paisagem vitícola pode ser a expressão conjugada do prazer dos sentidos, assim como apreciar um bom vinho. É possível ver na paisagem o vinho e no vinho a paisagem, ambos frutos do trabalho. É, pois, o estudo da paisagem vitícola brasileira o tema de pesquisa que dará continuidade a esta dissertação.

8 BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, A. N. A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras. In: Simpósio Sobre o Cerrado, 1971, 3, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971, p. 1-14.

AB'SABER, A. N. Conhecimentos sobre as flutuações climáticas do quaternário no Brasil. **Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia**. São Paulo, Nº. 6, 1957, p. 41-48.

AB'SABER, A. N. Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil. **Geomorfologia**. Nº. 20, 1970, p. 1-26.

ADAMI, J.S. **Festas da Uva: 1881-1965**. Caxias do Sul: São Miguel, 1965. 240p.

ADAMI, J.S. **História de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Paulinas, 1971, 413p.

APROVALE. **Conselho Regulador da Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos. Relatório anual 2001**. Bento Gonçalves, 2001. 39p.

APROVALE. **Estatutos da Associação de produtores de vinhos finos do Vale dos Vinhedos**. Bento Gonçalves, 1995. 12p.

ASSAD, E.D.; SANO, E.E. **Sistema de informações geográficas: aplicações na agricultura**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1993. 274p.

AZEVEDO, T. de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975, 310p.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995, 164p.

BASSAND, M. Algumas observações para uma abordagem interdisciplinar do espaço. In: REYNAUD, Alain et al. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986, p.133-139.

BATISTELLA, M.; TONIETTO, J.; FALCADE, I. Geração de modelo numérico de terreno como subsídio à planificação da vitivinicultura na Serra Gaúcha. In: CONGRESSO/FEIRA PARA USUÁRIOS DE GEOPROCESSAMENTO, 2, 1996, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sagres, 1996. p. 324-330.

BAZCKO, B. Imaginação social. **EINAUDI**, Nº 5, Anthropos-Homem, 1986: 226-332.

BECKER, B. et al. (org.) **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, 173p.

BERTHO, C. L'invention de la Bretagne. Genese sociale d'un steriotype. In: **Actes de la Recherche en Sciences sociales**. Paris, (35), 1980: 45-62.

BIANCHI DE AGUIAR, F. A internacionalização do mercado vitivinícola: o papel da OIV. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 9, 1999, Bento Gonçalves. **Anais...** Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 1999. p. 25-30.

BOLLETTINO DEL CIDEAO. **Enquête internationale sur les vins à appellation d'origine et à indication géographique**. Alessandria: O.I.V., v.9, Nº 1-12, 1992. 118p. Suplemento.

BORDIEU, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989: 107-32.

BOULLÓN, R.C. Planificación del espacio turístico. 3ª. ed. México: Trillas, 1999. 245p.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986, 173p.

BRASIL. Decreto número 90.066, de 8 de março de 1990. Regulamenta a Lei Nº 7.678, de 8 de março de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e da uva. **Diário Oficial** (da República Federativa do Brasil). Brasília, p.4755-4763, de 9 de março de 1990. Seção 1.

BRASIL. **Lei no. 9.279, de 14 de maio de 1996 – Lei da Propriedade Industrial, estabelece diretrizes e obrigações**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 1996.

BRASIL. Ministério do Exército/ Diretoria do Serviço Geográfico. **Folha SH. 22 -V - D - 2- II - MI 2992/2 Bento Gonçalves**. Brasília, 1981. Escala 1 : 50.000.

BRASIL. Ministério do Exército/ Diretoria do Serviço Geográfico. **Folha SH. 22 -V - D - 2- III - 1 MI 2993/1 Farroupilha**. Brasília, 1981. Escala 1 : 50.000.

BRITO, L.N. de. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986. 110p.

BUNSE, H. **O vinhateiro**. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978. 116p.

CAMILLA, V. Factores naturales y humanos en el las denominaciones de origen de Italia. In: SYMPOSIUM DENOMINACIONES DE ORIGEN HISTÓRICAS, 1987, Jerez de La Frontera. **Anais...** Jerez de La Frontera: OIV, 1987. p. 45-51.

CARRARO, C.C. et al. **Mapa geológico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1974. Escala 1:1.000.000.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990: 13-28, 244p.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, USP, 5 (11): 173-191, 1991.

CLARKE, Oz. **Atlas Hachette des vins du monde**. Paris: Hachette, 1995. 320p.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 1999. Cap. 8, p.189-218 e cap.11, p.287-318.

CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, 124p.

CORRÊA, R.L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-47.

CORRÊA, R.L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986, 93p.

COSTA, R.H. da e MOREIRA, I. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. 3^a.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, 109p.

DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, 424p.

DANTAS, V. El establecimiento y la protección de las denominaciones de origen vinícolas con vistas al futuro, teniendo en cuenta las lecciones del pasado. In: SYMPOSIUM DENOMINACIONES DE ORIGEN HISTÓRICAS, 1987, Jerez de La Frontera. **Anais...** Jerez de La Frontera: OIV, 1987. p. 79-88.

DE BONI, L.A. (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987, 641p.

EASTMAN, J.R. **IDRISI for Windows - versão 2**. Manual do usuário: introdução e exercícios tutoriais. Editores da versão em português: Heinrich Hasenack e Eliseu Weber. Porto Alegre: UFRGS Centro de Recursos Idrisi, 1998. 235p.

EASTMAN, J.R. **IDRISI for Windows user's guide — version 2**. Worcester, Clark University, 1997. 723p.

EGLER, C.A.G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 207-238.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho. **Dados meteorológicos – 1996**. Bento Gonçalves: EMBRAPA-CNPUV, 1997. 24p.

ENDERS, M. Influencia de los factores naturales y de los factores humanos en el desarrollo de las denominaciones de origen basándose en el desarrollo de la denominación champaña. In: SYMPOSIUM DENOMINACIONES DE ORIGEN HISTÓRICAS, 1987, Jerez de La Frontera. **Anais...** Jerez de La Frontera: OIV, 1987. p. 73-77.

ETGES, Virgínia E. **Geografia agrária**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, 224p.

FALCADE, I. Paisagens vitivinícolas brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 10, 2003. Bento Gonçalves, **Anais...** Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2003. p. 133-136.

FALCADE, I. Paysages de vignes et de vins dans la région Vale dos Vinhedos (Brésil): le traditionnel dans un espace en transformation. In: COLLOQUE INTERNATIONAL PAYSAGES DE VIGNES ET DE VINS, 2003. Fontevraud, **Paisages de Vignes et de Vins: Patrimoine, Enjeux, Valorisation**. Angers: InterLoire, 2003. p. 141-145.

FALCADE, I. O espaço geográfico e o turismo na região da uva e do vinho no nordeste do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 21, 2001. Caxias do Sul, **Anais...** Caxias do Sul: EDUCS, 2001. p. 39-53

FALCADE, I. Región vitivinícola del Vale dos Vinhedos (Brasil): una metodología para los límites y elaboración de cartografía en escala media. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ZONIFICACIÓN VITIVINÍCOLA, 3, 2000. Puerto de la Cruz, **Resúmenes**. Puerto de la Cruz (España): Ministerio de Agricultura, Pesca e Ganadería, 2000, 12p. 1 CDROM.

FALCADE, I. O uso de sistemas de informações geográficas (SIG's) na delimitação e mapeamento de regiões vitícolas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 9, 1999. Bento Gonçalves, **Anais/Resumos...** Bento Gonçalves: Embrapa/CNPUV, 1999. p.151.

FALCADE, I. Influência da insolação sobre a qualidade da uva. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre: AGB, Nº 13, 1985, p. 75-88.

FALCADE, I. A organização do espaço agrário em Bento Gonçalves. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 4, 1984. Santa Maria, **Anais...** Santa Maria: EDUFMS, 1984, p. 216-219.

FALCADE, I.; FRIZZO, L.M.; BACHI, L.C. **A influência do poder público municipal na organização do espaço urbano da cidade de Caxias do Sul – 1875/1990.** Caxias do Sul: UCS, 1993. (Não-publicado, impressão de computador, 98p).

FALCADE, I.; MANDELLI, F. (Org.). **Vale dos Vinhedos: caracterização geográfica da região.** Caxias do Sul: EDUCS, 1999, 144p.

FALCADE, I.; TONIETTO, J. Caracterização geográfica das regiões de viticultura no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 7, 1993. Bento Gonçalves, **Anais...** Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 1999. p.45-55.

FALCADE, I.; TONIETTO, J. **A viticultura para vinhos finos e espumantes da Região da Serra Gaúcha: topônimos e distribuição geográfica.** Bento Gonçalves: EMBRAPA-CNPUV, 1995a. 28p.

FALCADE, I.; TONIETTO, J. **Serra Gaúcha - vinhos finos e espumantes: zona de produção e topônimos.** Bento Gonçalves: EMBRAPA-CNPUV, 1995b. Mapa em 1 folha. Escala 1 : 100.000.

FERVI. **Hierarquia sócio-econômica das indústrias dos principais municípios da Encosta Superior da Serra do Nordeste.** Bento Gonçalves: FERVI, 1978.

FIBGE. **Folha SH. 22 Porto Alegre e parte das Folhas SH.22 Uruguaiana e SI.22 Lagoa Mirim: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra.** Rio de Janeiro: IBGE, 1986. 796p. e 6 mapas.

FIBGE. **Geografia do Brasil - Região Sul.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 419p.

FREIRE, L.M.R. de; FREIRE, J. de M.; LANZER, E. A. **Perfil sócio-econômico das propriedades vitícolas dos municípios de Bento Gonçalves e Flores da Cunha.** Bento Gonçalves: Embrapa/CNPUV, 1987, 44p.

FREMONT, Armand. **La région, espace vécu.** Paris: Flammarion, 1999. 288P.

FRIZZO, L.M. **A industrialização em Caxias do Sul**. 1984. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Curso de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1984.

FROSI, V.M. e MIORANZA, C. **Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1975. 84p.

GALET, P. **Précis de viticulture**. Montpellier: Dehan, 1976. 584p.

GASPERI, U. de. A crise da vitivinicultura brasileira poderá ser equacionada. **Revista Chronos**. Caxias do Sul: UCS, 1 (1): 37-43, 1967.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. 2^a.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 49-76.

HALL, C. Michael et al. Wine tourism: an introduction. In: HALL, C. Michael et al. **Wine tourism around the world: development, management and market**. Oxford: Hardcover, 2000, p. 1-23.

HARVEY, D. **Condição pós moderna**. 2^a ed. São Paulo: Loyola, 1993. 349p.

HEIDRICH, A.L. **Desenvolvimento de um método para a análise da insolação sobre formas do relevo**. 61 f. Monografia (Graduação). Instituto de Geociências, Curso de Geografia, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

HERNÁNDEZ M., A.; PSZCZÓLKOWSKI T., P. y BORDEU, E. Criterios de diferenciación y delimitación de comarcas y regiones vitivinícolas y examen de los factores naturales, vitícolas y humanos que concurren. In: CONGRESO MUNDIAL DE LA VIÑA Y EL VINO, 20, 1992, Madrid/La Rioja. **Anais...** Madrid/La Rioja: OIV, 1992. Tomo II. 28p. (Sección Primera).

HIDALGO, L. La influencia de los factores naturales y de los factores humanos en el desarrollo de las denominaciones de origen tradicionales en España. In: SYMPOSIUM DENOMINACIONES DE ORIGEN HISTÓRICAS, 1987, Jerez de La Frontera. **Anais...** Jerez de La Frontera: OIV, 1987. p. 89-113.

INGLEZ DE SOUSA, J.S. **Brás Cubas, o primeiro viticultor do Brasil**. São Paulo: Chácaras e Quintais, v.85, Nº. 5, 559-561, 1952.

INGLEZ DE SOUZA, J.S. et al. **Uvas para o Brasil**. 2.ed. Piracicaba: FEALQ, 1996, 791p.

INPI (INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL). **Resolução Nº. 075/2000, de 28 de novembro de 2000 – Estabelece as condições para o registro das indicações geográficas**. Rio de Janeiro: INPI, 2000.

ITV FRANCE. **Le vignoble dans le paysage**. Paris: Centre Technique Interprofessionnel de la Vigne et du Vin, Nº. 5, 2002. 24p.

JONES, J. **TOSCA reference guide version 2**. Worcester, Clark University, 1993. 86p.

IL CORRIERE D'ITALIA. Bento Gonçalves. Jornal no período: 1913-1926.

LACOSTE, Yves. **A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1977. 263p.

LAPOLLI, J.N. et al. **A competitividade da vitivinicultura brasileira: análise setorial e Programa de ação com destaque para o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: BANRISUL/EMBRAPA-CNPUV/SEBRAE-RS. 1995. 200p.

LAROUSSE EDITORIAL S.A. **Larousse de los vinos**. Barcelona, 2000. 544p.

LAVINAS, L. et al.(Org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993, 205p.

LAZZAROTTO, V.A. **Pobres construtores de riqueza**. Porto Alegre: EST/UCS, 1981. 199p.

LEFÉBVRE, H. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976, 157p.

LEITE, Maria A. F. P. **A região e a paisagem**. In: *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1994, p.7-52.

LORENZONI, J. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975. 264p.

MABY, J. Modalites de constitution d'un savoir scientifique sur les paysages viticoles. In : COLLOQUE INTERNATIONAL PAYSAGES DE VIGNES ET DE VINS, 2003. Fontevraud, **Paisages de Vignes et de Vins: Patrimoine, Enjeux, Valorisation**. Angers: InterLoire, 2003, p. 273-277.

MANFROI, O. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul, implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul/IEL, 1975, 217p.

MARQUET, P. (a) La influencia de los factores naturales y de los factores humanos en el desarrollo de las denominaciones de origen francesas. In: SYMPOSIUM DENOMINACIONES DE ORIGEN HISTÓRICAS, 1987, Jerez de La Frontera. **Anais...** Jerez de La Frontera: OIV, 1987. p. 33-41.

MARQUET, P. (b) La evolución de la noción de denominación de origen en Francia. In: SYMPOSIUM DENOMINACIONES DE ORIGEN HISTÓRICAS, 1987, Jerez de La Frontera. **Anais...** Jerez de La Frontera: OIV, 1987. p. 175-185.

MELLO, L.M.R. de (Ed.Técnico). **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho/Ibravin, 2001. 1 CD-ROM.

MELLO, L.M.R. de. **Vitivinicultura no Brasil: informações estatísticas**. Bento Gonçalves: Embrapa/CNPUV. 1995. 67p. (Banco de dados).

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. **Cinquentenario della colonizzazione italiana nello stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925**. Roma. 1925, 895p.

MIOLO, A. Novas regiões: vinho de clima tropical. In CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 10, 2003. Bento Gonçalves, **Anais...** Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2003. p.141-144

NIMER, E. **Clima do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 422p.

O.I.V. (OFFICE INTERNATIONAL DE LA VIGNE ET DU VIN). **Resolución ECO/92**. Madrid: O.I.V., 1992. 2p.

OLIVEIRA, A.U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2ª. Ed. São Paulo: Ática, 1987. 88p.

PARIS, A. de. **Bento Gonçalves: arquivo histórico municipal**. Caxias do Sul: EST, 1996, 288p.

PAZ, I. N. **A estação do vinho: história da estação experimental de viticultura e enologia – EEVE – (1912-1990), Caxias do Sul - RS**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997. 152p.

PEBAYLE, R. Os viticultores do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 18 (16): 51-57, 1973.

PELLANDA, E. **Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1950, 495p e apêndice.

PESAVENTO, S. J. **A invenção da sociedade gaúcha**. Porto Alegre: FEE, 9(14) 2: 383-396, 1993.

PESAVENTO, S. J. **A questão regional como categoria histórica**. Porto Alegre: UFRGS, [1994 c] (Texto datilografado).

PESAVENTO, S. J. **História regional e transformação social**. Porto Alegre: UFRGS, [1994 b]. (Texto datilografado).

PESAVENTO, S. J. **Rio Grande do Sul, identidade regional e desenvolvimento capitalista**. Porto Alegre: UFRGS, [1994 a]. (Texto datilografado).

PESAVENTO, S. J. **RS: agro-pecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 7-68.

PINA, Maria H. M. **A região demarcada do Alto Douro**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/3 Congresso de Geografia Portuguesa, 1997, 55 p.

POCHE, B. La région comme espace de référence identitaire. In: **Espace et Sociétés**, N^o. 41, 1983. p. 3-12.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 897p.

RICQ, C. La région, espace institutionnel et espace d'identité. In: **Espace et Sociétés**, 1983, N^o. 42, p.65-78.

RODRIGUES, M.A.C. e MENEZES, J.C.S. A proteção legal à indicação geográfica no Brasil. **Revista da Associação Brasileira da Propriedade Industrial**, no. 48, set/out., p.3-20, 2000.

ROSA, R. A utilização de imagens TM/Landsat em levantamento de uso do solo. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 6, 1990, Manaus. **Anais...** Manaus, v. 2, 1990, p. 419-425.

ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, 248p.

SANO, E.E. et al. Mapeamento em Semi-detalhe (1:100.000) da cobertura vegetal e do uso da terra na microrregião de Tomé-Açu e de alguns municípios das microrregiões do baixo Tocantins e Guajarina, Estado do Pará, através das imagens do TM-Landsat 5. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 5, 1988, Natal. **Anais...** Natal, v. 1, 1988, p. 279-286.

SANTOS, J. V. T. dos. Cantineiros e colonos - a indústria do vinho no Rio Grande do Sul. In: BARROS, E. C. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980: 135-155.

SANTOS, J.V.T. dos. **Colonos do vinho**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 182p.

SANTOS, M. e SOUZA, M. A. A. de (org.). **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. 139p.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988. 124p.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1986. 236p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994. 190p.

SEGUIN, P.G. Influences des terroirs viticoles sur la constitution de la qualite des vendages. **Bulletin de l'O.I.V.**, v.623, p.8-18, 1983.

SEGUIN, P.G. Utilisation des critères géographiques, historiques, géologiques, pédologiques et agronomiques pour la delimitation des diverses aires d'appellation d'origine contrôlée en Bordelais. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 3; CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 6; JORNADA LATINO-AMERICANA DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 4, 1990. Bento Gonçalves/ Garibaldi. **Anais...** Bento Gonçalves/Garibaldi: EMBRAPA/ABTE/OIV, 1991, p.3-12.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 324p.

SOTÉZ, V. E GÓMEZ-MIGUEL, V. El suelo como factor determinante de la tipicidad de los vinos: estudios y delimitación de las zonas de producción en las denominaciones de origen en España. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, IX, 1999, Bento Gonçalves. **Anais...** Bento Gonçalves: Embrapa/CNPUV, 1999, p. 91-104.

SOUZA, M.A.A. de e SANTOS, M. (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986: 71-96.

STRAHLER, A. **Geografía física**. Barcelona: Omega, 1977. 780p.

TINLOT, R. La definición de la denominación de origen. In: SYMPOSIUM DENOMINACIONES DE ORIGEN HISTÓRICAS, 1987, Jerez de La Frontera. **Anais...** Jerez de La Frontera: OIV, 1987. p. 129-138.

TONIETTO, J. O conceito de denominação de origem como agente promotor da qualidade dos vinhos. In: REGINA, M. de A. et al. **Viticultura e enologia: atualizando conceitos**. Andradas: EPAMIG, 2002, p.151-163.

TONIETTO, J. Análise mundial do clima de regiões vitivinícolas e de sua influência sobre a tipicidade dos vinhos: a posição da viticultura brasileira comparada a 100 regiões em 30 países. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 9, 1999, Bento Gonçalves. **Anais...** Bento Gonçalves: Embrapa/CNPUV, 1999, p.75-90.

TONIETTO, J. **O conceito de denominação de origem: uma opção para o desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro**. Bento Gonçalves: EMBRAPA, 1993. 20 p.

TONIETTO, J. et al. **Identificação, delimitação e caracterização das regiões vitivinícolas brasileiras (versão preliminar)**. Bento Gonçalves/Caxias do Sul: EMBRAPA/UCS, 1993, 40p. (Texto e mapas fotocopiados).

TONIETTO, J; FALCADE, I. Vinhos regionais: regulamentação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 10, 2003, Bento Gonçalves. **Anais...** Bento Gonçalves: Embrapa Uva e vinho, 2003. p. 153-157.

TONIETTO, J.; FALCADE, I. Identificação e delimitação das regiões vitivinícolas brasileiras. In: Congreso Latinoamericano de Viticultura y Enología, 6; Jornadas Vitivinícolas de Chile, 5, 1994, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: Asociación Nacional de Ingenieros Agrónomos Enólogos de Chile e Pontificia Universidad Católica de Chile, 1994, p. 63-64.

TONIETTO, J.; MELLO, L.M.R. de. La quatrième période évolutive de la vitiviniculture brésilienne: changements dans le marché consommateur du pays. In: 26TH WORLD CONGRESS & 81ST GENERAL ASSEMBLY OF THE OFFICE INTERNATIONAL DE LA VIGNE ET DU VIN, 2001, Adelaide. **Congress Proceedings**. Adelaide: OIV, 2001, v.3, p.272-280.

TONIETTO, J; MIOLO, A.; FALCADE, I. O uso do número do lote como elemento distintivo de vinhos com indicação geográfica na Serra Gaúcha. CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 10, 2003. Bento Gonçalves, **Anais...** Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2003. p.227-228.

VALVERDE, O. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 10 (4): 3-54, 1948.

WEBER, E. **Uso de sistemas de informações geográficas como subsídio ao planejamento em áreas agrícolas: um caso no planalto do Rio Grande do Sul**. 1995, 80 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto). Centro Estadual de Pesquisa em Sensoriamento Remoto e Meteorologia, Curso de Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

WINKLER, A.J. **Viticultura**. México: Companhia Editorial Continental, 1965. 792p.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. Campinas: Contexto, 2001, 301p.

YRAVEDRA LLOPIS, G. Conceptos de “vino de calidad producido en región determinada” y de denominación de origen en la CEE. In: SYMPOSIUM DENOMINACIONES DE ORIGEN HISTÓRICAS, 1987, Jerez de La Frontera. **Anais...** Jerez de La Frontera: OIV, 1987. p.251-260.

YRAVEDRA LLOPIS, G. **Denominações de origem e indicações geográficas de produtos vitivinícolas**. Bento Gonçalves: EMBRAPA/CNPUV, 1997, 20p. (Tradução Jorge Tonietto).

ANEXO A

FLORES, Carlos Alberto; FASOLO, Pedro Jorge e POTTER, Reinaldo Oscar.

Legenda de identificação do mapa de solos. In: FALCADE, Ivanira e MANDELLI, Francisco. Vale dos Vinhedos: caracterização geográfica da região. Caxias do Sul: EDUCS, 1999, p. 94-95

Terra Bruna Estruturada

TBa – TERRA BRUNA ESTRUTURADA ÁLICA A proeminente textura muito argilosa fase relevo suave ondulado.

Podzólico Bruno-Acinzentado

PBa – Associação PODZÓLICO BRUNO-ACINZENTADO ÁLICO EPIEUTRÓFICO Ta A moderado textura média/muito argilosa + CAMBISSOLO DISTRÓFICO Tb A moderado textura média fase pedregosa ambos relevo forte ondulado + SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS A moderado textura média fase pedregosa e rochosa relevo montanhoso.

PBd – Associação PODZÓLICO BRUNO-ACINZENTADO DISTRÓFICO EPIEUTRÓFICO Tb A moderado textura média/argilosa + CAMBISSOLO DISTRÓFICO EPIEUTRÓFICO Ta A moderado textura média + SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS A moderado textura média fase pedregosa todos relevo ondulado.

Podzólico Vermelho Escuro

PEd1 – Associação PODZÓLICO VERMELHO ESCURO DISTRÓFICO EPIEUTRÓFICO Ta A moderado textura média/muito argilosa + SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS A moderado textura média fase pedregosa ambos relevo ondulado.

PEd2 – Associação PODZÓLICO VERMELHO ESCURO DISTRÓFICO EPIEUTRÓFICO Tb A moderado textura média/muito argilosa + CAMBISSOLO EUTRÓFICO Ta A chernozêmico textura média ambos fase relevo forte ondulado.

Cambissolo

CHa – CAMBISSOLO HÚMICO ÁLICO Tb textura argilosa fase relevo suave ondulado.

Ca – Associação CAMBISSOLO ÁLICO Tb A moderado textura argilosa + SOLOS LITÓLICOS ÁLICOS A moderado textura média ambos fase pedregosa relevo forte ondulado.

Cd1 – CAMBISSOLO DISTRÓFICO Tb A moderado textura média fase pedregosa relevo forte ondulado.

Cd2 – Associação CAMBISSOLO DISTRÓFICO Tb A moderado textura média fase pedregosa + SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS A chernozêmico textura média fase pedregosa e rochosa ambos relevo forte ondulado.

Cd3 – Associação CAMBISSOLO DISTRÓFICO Tb A moderado textura média fase pedregosa relevo forte ondulado + SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS A moderado textura média fase pedregosa e rochosa relevo montanhoso.

Cd4 – Associação CAMBISSOLO DISTRÓFICO Tb A moderado textura média fase pedregosa relevo forte ondulado + TERRA BRUNA ESTRUTURADA ÁLICA A proeminente textura argilosa fase relevo ondulado + SOLOS LITÓLICOS ÁLICOS A moderado textura média fase pedregosa relevo forte ondulado.

Ce1 – Associação CAMBISSOLO EUTRÓFICO Ta A chernozêmico textura média fase pedregosa + SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS A chernozêmico textura média fase pedregosa e rochosa + BRUNIZEM AVERMELHADO textura muito argilosa fase pedregosa todos relevo forte ondulado.

Ce2 – Associação CAMBISSOLO EUTRÓFICO Ta A chernozêmico textura média fase pedregosa + SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS A chernozêmico textura média fase pedregosa e rochosa ambos relevo forte ondulado.

Ce3 – Associação CAMBISSOLO EUTRÓFICO Ta A chernozêmico textura média fase pedregosa relevo forte ondulado + SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS A moderado textura média fase pedregosa e rochosa relevo montanhoso.

Solos Litólicos

Re1 – Associação SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS A chernozêmico textura média fase pedregosa e rochosa relevo montanhoso + CAMBISSOLO EUTRÓFICO Ta A chernozêmico textura média fase relevo forte ondulado.

Re2 – Associação SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS A moderado textura média fase pedregosa e rochosa relevo montanhoso + AFLORAMENTOS ROCHOSOS.

ANEXO B

Prêmios à Vinhos Brasileiros

1. SOUZA, S. I. de. Brancos do Brasil: cobertos de ouro e prata. **Vinho Magazine**, Ano 4, N°. 31, 2002, p.26.
2. SOUZA, S. I. de. Os tintos brasileiros pela opinião internacional. **Vinho Magazine**, Ano 4, N°. 32, 2002, p.22.
3. **VINHO MAGAZINE**. Os vinhos brasileiros premiados – Concurso Internacional de Vinhos do Brasil / II Concurso do Espumante Fino Brasileiro. Ano 4, N°. 37, 2002, p.31.



Sérgio Inglez de Sousa

BRANCOS DO BRASIL: COBERTOS DE OURO E PRATA

Os brancos brasileiros estão mostrando qualidade de sobra para um colorido festival de premiações internacionais. Isso é muito bom, pois aumentam as opções em vinhos especiais. Vamos deixar o passado de lado, e fixar o ano em curso, 2002, com seu circuito de eventos internacionais. Nossos vinhos têm frequentado com regularidade o pódio.

De 10 a 14 de fevereiro: O Vinalies Internationales 2002, promovido em Paris pela Union International de Oenologues (UIOE), associação de enólogos, e apoiado oficialmente pelo Office International du Vin (OIV), teve a participação de 34 países e 2.008 amostras concorrentes. Obtiveram medalha de prata os espumantes Simuelo Brut 2001 e Casa Valduga Brut 2001.

DE 01 A 05 DE MARÇO

O Concurso Internacional de Vinhos Bacchus 2002, em Madri, contou com a presença de 16 países concorrentes. Foram avaliadas 1.236 amostras, por um corpo de 55 degustadores de 12 países. Obteve medalha de bronze o espumante Salton Brut Reserva Ouro.

DE 14 A 17 DE MARÇO

No Chardonnay du Monde, em Saint Lager, França, dentre os 1.127 Chardonnays degustados, os brasileiros receberam destacada premiação. Ganham medalha de prata: Reserva Miolo 1999, espumantes Marcus James Brut Reserva Especial e De Gréville Brut. Conquistaram medalha de bronze: Salton Volpi 2000, espumantes Amadeu Brut e Dom Cândido Brut.

DE 22 A 26 DE MARÇO

No Vino Ljbljana, que aconteceu em Ljbljana, na Eslovênia, o 48º Concurso Internacional de Vinhos, entre 900 amostras, o Marson Reserva Chardonnay 2001, foi premiado com medalha de prata. A vedete do evento também foi um branco brasileiro, o espumante Cave Geisse, da Cave de Amadeu, arrebatando a medalha de ouro e a legenda de o melhor da edição.

DE 3 A 8 DE ABRIL

DaVinitaly-Concorso Enologico Internazionale, realizado em Verona,

na Itália, participaram 30 países com 3.159 amostras. Em meio a essa parafestividade de vinhos, o Brasil sobressaiu-se. A nova fronteira vinícola brasileira, desafiando conceitos e preconceitos internacionais relativos à geografia vinícola, e, até por isso, uma região a se impor pelo exotismo, arrebatou a grande medalha de ouro: o espumante Miolo Terranova Moscatel 2001. Ó xente! No mesmo concurso, recebeu a distinção de grande menção o Salton Volpi Chardonnay 2001.

DE 12 A 14 DE ABRIL

Encerrando a agenda de grandes eventos do primeiro quadrimestre, o 9º Concours Mondial de Bruxelles. Dentre 3.791 amostras de 44 países, o espumante Giacomini Moscatel 2001 recebeu uma medalha de prata.

Com essa regularidade em marcar pontos em concursos internacionais, o branco brasileiro passa para prateleiras altas e sofisticadas, mostrando de forma definitiva as merecidas cores do seu sucesso.



OS TINTOS BRASILEIROS, PELA OPINIÃO INTERNACIONAL

Sérgio Inglez de Sousa

Neste ano está em curso o grande circuito internacional de concursos anuais de vinho e as nossas amostras de safras anteriores, passaram a viajar para serem degustadas por especialistas do mundo inteiro.

No circo internacional dos vinhos de qualidade não há como dissimular condições inaceitáveis. Ou se têm méritos, ou se volta para casa de mãos abanando.

Entre os dias 10 e 14 de fevereiro, reuniu-se na cidade de Paris um grande corpo de jurados internacionais para realizar a oitava versão do evento Vinalies 2002, com o objetivo de avaliar e classificar, entre 2.008 amostras de 34 países, vinhos merecedores de prêmios e destaques. Os vinhos brasileiros não deixaram por menos. Medalha de ouro para Chalet du Clermont Reserva Especial 1999, Marson Reserva Cabernet Sauvignon 2000 e Sinuelo Mistela Moscato Giallo 2000. Medalha de prata para Salton Classic Cabernet Sauvignon 2000 e Aurora Varietal Merlot 1999.

Em março, nos dias 2, 3 e 4, teve lugar em Madri o Concurso Internacional de Vinhos Bacchus 2002, quando um júri de 55 degustadores de peso, vindos de 12 países, avaliaram 1.236 amostras de vinhos produzidos em 16 países diferentes. Não deu outra: tintos gaúchos subiram ao pódio. O Lovara Grande Reserva Cabernet Sauvignon 1999 conquistou a medalha de ouro, e o Gran Reserva Boscato Cabernet Sauvignon 2000 a medalha de bronze.

No mesmo mês de março, entre os dias 22 e 27, foi a vez do 48º Concurso Vino Ljubljana, na cidade eslovena de mesmo nome, onde o corpo de jurados avaliou cerca de 900 amostras oriundas de todos os continentes. Os tintos brasileiros marcaram importante presença com a destacada figura do Marson Gran Reserva Cabernet Sauvignon 1999, que abocanhou a medalha de ouro.

De 3 a 8 de abril, as atenções do mundo do vinho se voltaram para a bela Verona, nordeste da Itália, que sediou a 10ª Vinitaly, com um grande e respeitável time de degustadores, que trabalhou sobre 3.159 amostras de 30 países. Alguns Cabernet Sauvignon do Brasil obtiveram Grande Menção: Baron De Lantier Cabernet Sauvignon 1997, Aurora Millésime Cabernet Sauvignon 1999 e Aurora Reserva Cabernet Sauvignon 1998.

Na terra dos diabos vermelhos da Copa, na maravilhosa capital Bruxelas, aconteceu o 9º Concurso Mundial de Vinhos, entre 12 e 14 de abril, amparado em um plantel de juízes que nem de longe cometeriam os erros grosseiros de arbitragem que assistimos nos gramados da Coreia. Com grande empenho, exerceram avaliação de 3.791 amostras de vinhos de 44 países. Vinhos da Serra Gaúcha lograram medalhas de prata: Aurora Varietal Cabernet Sauvignon 1999 e Aurora Varietal Merlot 1999, Lovara Gran Reserva Cabernet Sauvignon 1999 e Miolo Re-

serva Cabernet Sauvignon 1999.

Voltando à França, a cidade de Bourg Gironde realizou mais uma vez seu afamado concurso, o Challenge International du Vin, no dia 13 de abril, quando 780 degustadores internacionais passaram em prova as 3.792 amostras, representando vinhos de 29 países. Medalha de prata para Aurora Reserva Cabernet Sauvignon 1998 e Miolo Reserva Cabernet Sauvignon 1999; medalha de bronze para Amadeu Reserva Tannat 2000 e Salton Classic Cabernet Sauvignon 2000.

Essas premiações, conferidas pela mais respeitável opinião internacional, nos induzem, pelo menos, a uma reflexão sobre a crescente qualidade dos vinhos nacionais, em que pese todas as dificuldades climáticas. Contra elas estão sendo lançadas a capacitação de nossos bons enólogos e a determinação das vinícolas em sua opção pela qualidade.

Os brasileiros Cabernet Sauvignon, Merlot e Tannat mostram a sua força lá fora. Aqui dentro, além dos premiados, não podem ser esquecidos os bons tintos da Pizzato, Dal Pizzol, Marco Luigi, Don Laurindo, Don Giovanni, Velha Cantina, Velho Museu...

Ao passo que o bom vinho nasce das boas uvas, que vêm do bom vinhedo, com toda certeza, a safra de 2002 vai proporcionar ainda muito mais opções aos enófilos brasileiros e o respeito das futuras grandes premiações internacionais.



Presidente do CIVB, Gilberto Pedrucci, anuncia os resultados do evento, na 6ª Noite de Gala dos Vinhos e Espumantes Premiados.



Convidados estrangeiros: espanhola Estrella Gabriel, da Academia Espanhola de Degustadores, e enólogo italiano Luciano Groff



Presidente da ABE protagoniza foto inédita pela primeira vez, um não-europeu ocupa função de diretoria na União Internacional de Enólogos.

Czarnobay assume vice-presidência da UIOE

Pela primeira vez na história da União Internacional de Enólogos (UIOE), um não-europeu ocupará um cargo na direção da entidade, uma das principais da vitivinicultura mundial. Quem chega lá é o presidente da ABE, Antonio Czarnobay, eleito, por aclamação, primeiro-vice-presidente do organismo, em assembleia ocorrida em Bordeaux, França, em 4 de dezembro. "Esta escolha, assim como o êxito do Concurso Internacional de Vinhos do Brasil, nos coloca em um cenário de muito destaque no mundo vinícola", observa Czarnobay, que ocupa a função na UIOE até dezembro de 2005.

Fundada em 1965, a União Internacional reúne cerca de 20 mil enólogos dos mais importantes países produtores. No dia 4, foi eleito Giuseppe Martelli, da Itália, como presidente da entidade, em substituição a Vicente Sanchez Migallon, um dos jurados no CIVB.

Informe do Concurso Internacional de Vinhos do Brasil - CIVB

Realização: Associação Brasileira de Enologia

Site: www.enologia.org.br

E-mail: enologia@terra.com.br Fone: (54) 452 6289

Fotos: Gilmar Gomes e Giovanni Capra

Coordenação Editorial: Dito&Fato Comunicação



Almoço ao ar livre reúne corpo de degustadores em momento de descontração.

Os vinhos brasileiros premiados

Produto	Empresa	Medalha
Espum. De Gréville Brut	De Lantier	Ouro
Espum. Cave Geisse Brut 2000	Cave de Amadeu	Ouro
Espum. Excellence Brut Réserve	Chandon	Ouro
Espum. Cordelier Brut	Cordelier	Ouro
Espum. Aurora Gran Mill. Champenoise 1999	Coop. Aurora	Ouro
Espum. Marco Luigi Moscatel	Marco Luigi	Ouro
Espum. Salton Volpi Reserva Ouro	Salton	Ouro
Espum. Casa Valduga Brut 2000	Casa Valduga	Ouro
Espum. Acquasantiera Chardonnay 2001	Coop. Garibaldi	Ouro
Espum. Don Giovanni Brut 2000	Abegê	Ouro
Espum. Georges Aubert Moscatel 2002	Georges	Ouro
Espum. Salton Moscatel	Salton	Ouro
Miolo Reserva Chardonnay 2002	Miolo	Ouro
Salton Volpi Chardonnay 2000	Salton	Ouro
Cordelier Reserva Chardonnay 2002	Cordelier	Ouro
Miolo Terranova Shiraz 2001	Miolo	Ouro
Marco Luigi Merlot 2001	Marco Luigi	Ouro
Miolo Reserva Cabernet Sauvignon 2000	Miolo	Ouro
Boscato Reserva Cabernet Sauvignon 1999	Boscato	Ouro
Baron De Lantier Cabernet Sauvignon 1987	De Lantier	Ouro
Espum. Casa Perini Brut 2002	Joti Pe	Prata
Espum. Marcus James Brut 2001	Coop. Aurora	Prata
Espum. Chandon Brut	Chandon	Prata
Espum. Conde de Foucauld Prosecco 2002	Coop. Aurora	Prata
Espum. Dal Pizzol Brut	Monte Lemos	Prata
Espum. Amadeu Brut 2000	Cave de Amadeu	Prata
Espum. Do Lugar Brut	Monte Lemos	Prata
Espum. De Gréville Demi-Sec	De Lantier	Prata
Espum. Cordelier Moscatel 2002	Cordelier	Prata
Espum. Giacomini Moscatel - Giallo 2002	Giacomini	Prata
Espum. Don Giovanni Brut 1999	Abegê	Prata
Espum. Georges Aubert Brut 2002	Georges Aubert	Prata
Espum. Marcus James Demi-Sec 2002	Coop. Aurora	Prata
Espum. Valmarino Moscatel 2002	Valmarino	Prata
Espum. Sinuelo Moscatel 2002	Irmãos Molon	Prata
Espum. Cave de Pedra Moscatel 2002	Cave de Pedra	Prata
Espum. Adega do Vale Moscatel 2002	Santa Maria	Prata
Espum. Amadeu Moscatel 2002	Cave de Amadeu	Prata
Aurora Colheita Tardia 2002	Coop. Aurora	Prata
Aliança Reserva Chardonnay 2002	Coop. Ahança	Prata
Castellaniare Riesling 2002	Coop. São João	Prata
Marcus James Sauvignon Blanc 2002	Coop. Aurora	Prata
Licofoso Miolo Terranova Late Harvest 2001	Miolo	Prata
Boscato Gran Reserva Cabernet Sauv. 2000	Boscato	Prata
Pizzato Merlot 2000	Pizzato	Prata
Marco Luigi Cabernet Sauvignon 2001	Marco Luigi	Prata
Castellaniare Merlot 2000	Coop. São João	Prata

ANEXO C

Enoturismo

1. Guia de Lazer e Turismo – Guia da Serra Gaúcha. **Bento Gonçalves/Vale dos Vinhedos**. Instituto Brasileiro de Cultura Ltda., São Paulo, S/D, p.50-51.
2. APROVALE. Placas guiam o turista em todo o vale. APROVALE, Informativo **O vale que o Brasil admira**. Abeto Gonçalves, 2002, p.3.
3. MARZZARO, I. **Na rota dos bons vinhos**. Jornal Pioneiro, Caderno de Turismo, 27 de fevereiro de 2003, p.1.

e do vinho. Os amantes da bebida encontram aqui o lugar perfeito para se deliciar com as sessões de degustação promovidas pelas vinícolas, além de saber como é todo o processo de produção da bebida. A maioria das vinícolas é uma pequena produção de administração familiar e a visita em cada uma delas inclui explicação sobre os diferentes tipos de uvas e vinhos e dá direito a provar a bebida.

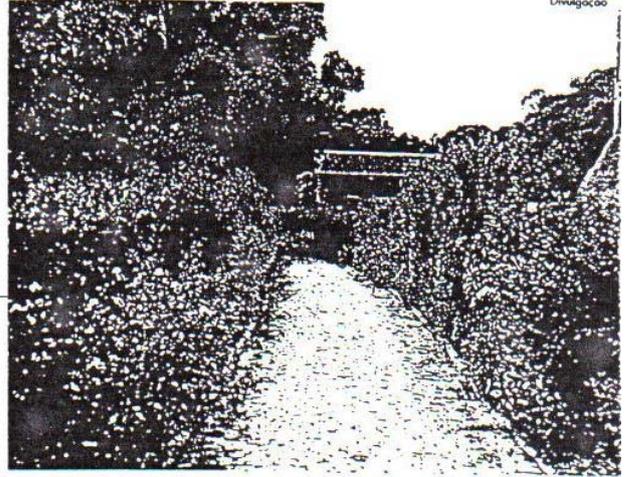
CAMINHOS DE PEDRA

O passeio percorre construções que passaram de geração em geração, algumas são residências particulares, outras foram transformadas em pequenas indústrias ou estabelecimentos comerciais.

Durante o trajeto, quando acompanhados por um guia, você fica sabendo da história de cada uma delas e como as pessoas viviam naquela época. Há paradas onde pode-se comprar queijos, salames, vinhos, produtos coloniais e artesanais. Para entrar no clima, almoce numa autêntica Casa de Pedra de 1877. Pertencente à família Bertarello, é uma das mais bem-conservadas do roteiro, pois foi restaurada em 1994.

MARIA FUMAÇA

A festa começa na própria estação, com uma banda ao vivo cantando músicas italianas e com degustações de vinho. O percurso de uma hora e meia passa por Garibaldi e termina em Carlos Barbosa. Dentro dos vagões, há shows com música italiana, onde artistas vestidos com roupas típicas de camponeses tiram os turistas para dançar. Há ainda um show de mú-



Divulgação

sica gaúcha, um trovador que faz versos e brincadeiras com o público e apresentação de humor com atores que arrancam muitas risadas da platéia. Na estação de Garibaldi, há degustação de espumantes, além de cantores apresentando a tarantela, em que todos cantam e dançam juntos. O percurso é feito quase todo na área urbana das cidades e a viagem termina em Carlos Barbosa, onde você vai provar queijos da região. A volta é feita de ônibus.

Caminhos de Pedra, onde ficam as casas históricas contruídas de pedra e madeira dos antigos colonos.

Jipi

O trajeto passa por trilhas abertas pelos imigrantes italianos no meio da mata, passando pelo vale do rio Burati com vista para a cachoeira Vêu da Noiva, uma queda d'água com 75 metros. O trajeto também inclui alguns trechos do

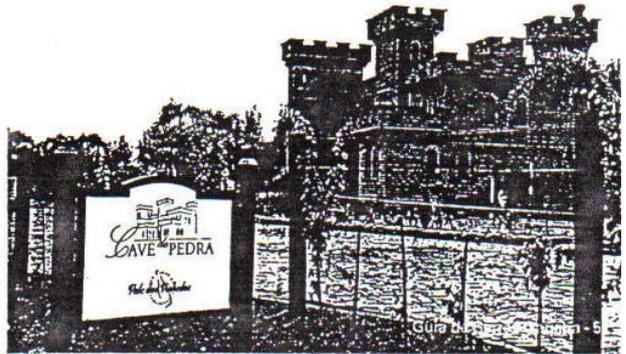
BENTO GONÇALVES

VALE DOS VINHEDOS

É impossível falar de Bento Gonçalves sem falar do rota da uva



Divulgação Tati Matt



Guia de Turismo

Placas guiam o turista em todo o Vale

A restauração das placas de sinalização que indicam a rota do vinho, do suco e da gastronomia do Vale dos Vinhedos foi mais uma das inúmeras atividades realizadas pela atual diretoria. Depois de ter feito o aterro na entrada do Vale, e com a restauração das placas, as mesmas foram recolocadas de

forma a melhorar a visibilidade de quem passa pelo local para visitar as vinícolas.

Essa mudança foi acompanhada pela colocação de placas padronizadas de identificação em frente a cada vinícola associada, o que facilita a localização do visitante no Vale dos Vinhedos.



No percurso do Vale dos Vinhedos o visitante identifica as empresas associadas a Aprovale através desta placa padrão

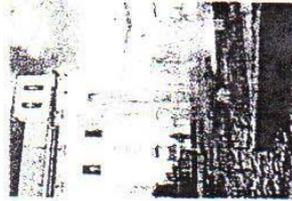


Placas na entrada do Vale dos Vinhedos facilitam a localização do visitante na região

PIONEIRO

TURISMO

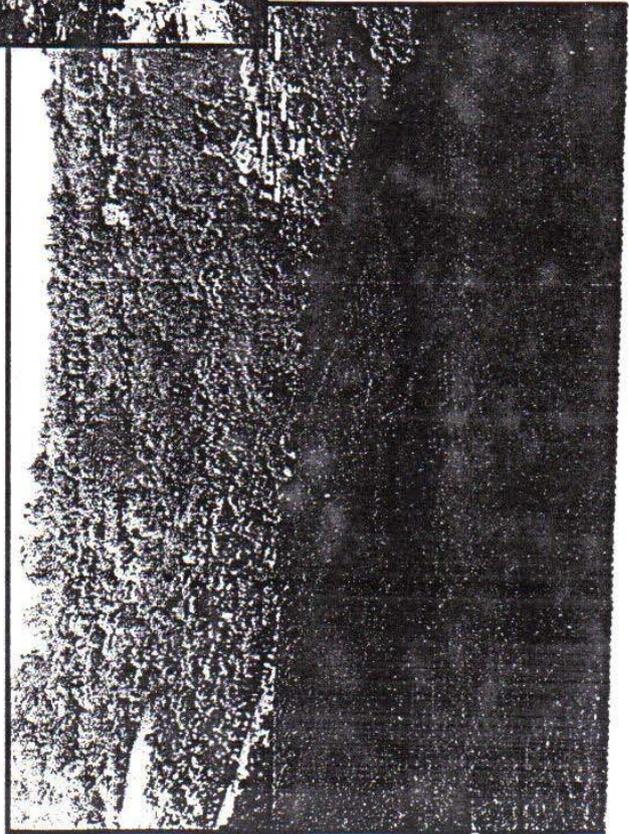
QUINTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2003



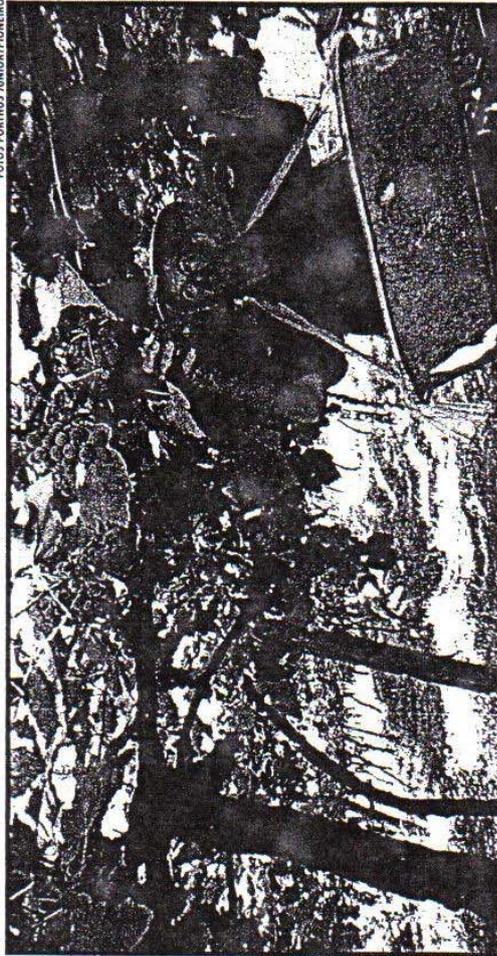
BAHIA
Atrações da
Costa do
Sauípe
PÁGINA 4

BENTO GONÇALVES

Vale dos Vinhedos lança eventos para o ano todo e quer triplicar o número de turistas



FOTOS: PORTIUS JUNIOR/PIONEIRO



*Na rota dos
bons vinhos*

IVANETE MARZZARO

Participar da colheita da uva, tomar um café da manhã colonial debaixo dos parreirais _ denominado *far la colassion*_ visitar vinícolas, degustar vinhos e sucos, almoçar e jantar em osterias. Essa é uma pequena mostra do que o turista vai encontrar ao visitar o Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves. Lá, estão concentradas algumas das melhores vinícolas do país _ são 23 no total _ , instaladas em uma rota de paisagens deslumbrantes, onde se destacam os parreirais, cercados de plátanos que dão sustentação aos vinhedos, a arquitetura das vinícolas, os hotéis e as agroin-

dústrias. Nesta época, a uva madura espalha um doce e irresistível perfume no ar.

Não é à toa que a Associação dos Produtores de Vinhos Finos Vale dos Vinhedos (Aprovale) quer triplidar, em três anos, o número de visitantes, atualmente estimado em 80 mil/ano.

O visitante vai se encantar com os parreirais, os vinhos, a comida e a hospitalidade do povo

“Queremos chegar a 220 mil”, destaca o diretor-executivo da associação, Jaime Milan. O lançamento de uma programação (ver quadro) voltada ao enoturismo, de 13 a 15 de fevereiro, reuniu jornalistas de todo o país

e garante incrementar o setor na região. O projeto é ousado e prevê a presença de turistas o ano todo.

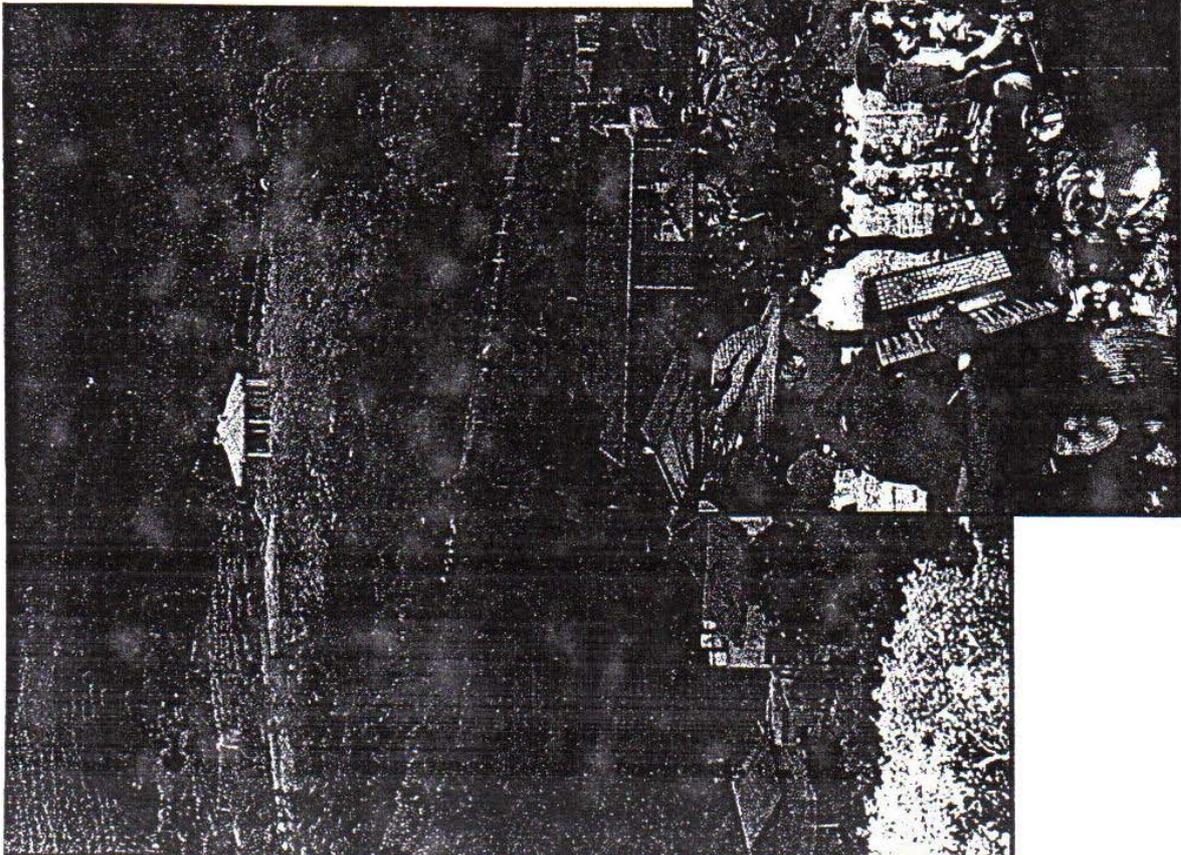
Localizado a cinco quilômetros do centro de Bento Gonçalves, o Vale dos Vinhedos envolve parte de três municípios: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Os 81 quilômetros quadrados de área reúnem atrações capazes de fazer com que o turista se sintam em território europeu. Isso, graças a forte influência da colozinação italiana, às pequenas propriedades familiares e à hospitalidade do povo local. Além de se delimitarem com os quitutes da típica culinária italiana, elaborados pelas mamas, os visitantes contam com uma estrutura hoteleira invejável. Hotéis e restaurantes localizados em meio à natureza garantem conforto e muita tranquilidade.

✓ **Leia mais sobre o turismo de Bento nas páginas 5, central, 8 e 9.**

Programação

- ✓ **Semana Santa** – 13 a 21 de abril de 2003
- ✓ **Festival de Inverno** – junho e julho de 2003
- ✓ **Festival do Espumante** – 3 a 19 de outubro de 2003
- ✓ **Festival de Verão** – Dezembro de 2003
- ✓ **Festa da Colheita** – 15 de janeiro a 28 de fevereiro de 2004

Mais informações no site: www.valedosvinhedos.com.br ou na Aprovale - (54) 451.9651.



ANEXO D

Notícias em Veículo Internacional

1. OMPI. **Promoción de las indicaciones geográficas en el Brasil.** Revista de la OMPI, Febrero de 2002, p.12-13.
2. ICARO BRASIL. **Vale dos Vinhedos.** Revista Icaro Brasil, Março de 1999, p.14.
3. TEIXEIRA, A. **Vale dos Vinhedos: qualidade agora tem certificação.** <http://www.primeirocaderno.com.br/boamesa.htm>, em 10/12/2002.

PROMOCIÓN DE LAS INDICACIONES GEOGRÁFICAS EN EL BRASIL

Debido a la demanda creciente de productos de calidad en todo el mundo, los productores y fabricantes brasileños son cada vez más conscientes de la importancia que tiene disponer de un producto que se pueda distinguir de los otros y que pueda competir en el mercado internacional. Dado que esta distinción se puede conseguir mediante la utilización de una indicación geográfica, la obtención de esas indicaciones se ha convertido en una de las preocupaciones y objetivos principales de los representantes de las industrias agroalimentarias brasileñas.

El Brasil se ha decantado así rápidamente hacia el reconocimiento de las indicaciones geográficas en el ámbito nacional. Miembro del Convenio de París y del Arreglo de Madrid relativo a la represión de las indicaciones de procedencia falsas o engañosas en los productos, el Brasil reconoció hace tiempo las indicaciones de procedencia y las denominaciones de origen como elementos de la propiedad industrial y adoptó una política de represión de la falsificación de indicaciones geográficas en las mercancías. En la ley 9279, de 14 de mayo de 1996, que reglamenta los derechos y las obligaciones relacionadas con la propiedad industrial, el Brasil concedió protección jurídica a las indicaciones geográficas en el ámbito nacional.

Desde entonces, la importancia de la protección de las indicaciones geográficas ha aumentado rápidamente.

El Instituto Nacional de la Propiedad Industrial (INPI) ha creado una base de datos en la que figuran 1.500 indicaciones geográficas.

Solicitudes nacionales de indicaciones geográficas

La principal motivación para la introducción de las indicaciones geográficas en el Brasil es el deseo de los productores locales de obtener protección para los productos procedentes de sus propias regiones. A este respecto, el INPI ha llevado a cabo investigaciones en cooperación con entidades científicas y asociaciones de productores para determinar las posibles regiones nacionales en las que los productores podrían reivindicar esos derechos, y ha animado a los productores locales a que los soliciten. El país tiene muchos productos que podrían gozar de protección a título de indicación geográfica, por ejemplo, el vino, el café, el chocolate, el queso y la carne.

En 2001 se registraron las dos primeras solicitudes de indicaciones geográficas nacionales. Fueron para vinos de la región meridional de *Vale dos Vinhedos*, en Rio Grande do Sul, y café del *Cerrado*, de la región de Minas Gerais.

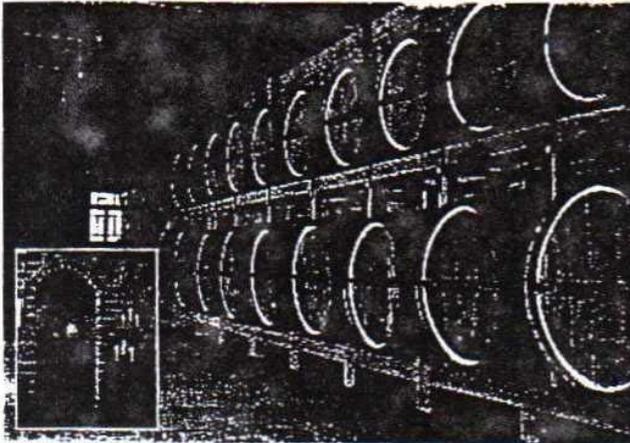
Vale dos Vinhedos

El *Vale dos Vinhedos*, situado en el sur del Brasil entre las ciudades de Bento Gonçalves, Garibaldi y Monte Belo do Sul, se encuentra a una altitud de 742 metros sobre el nivel

del mar y su temperatura varía entre los 16° y los 18°. Emigrantes procedentes del norte de Italia encontraron que el clima y el terreno era parecido al que habían dejado en su país y colonizaron la región hacia 1875, iniciando un cultivo vinícola que seguía la tradición italiana. El valle se encuentra en la región de Serra Gaúcha, famosa también por su producción de muebles, chocolate, queso, productos artesanales y calzado.

Cuando, hace más de diez años, los vinos comenzaron a comercializarse con la denominación *Vale dos Vinhedos*, en la zona había pocos viñedos, existían unas cuantas casas y prácticamente no había ninguna infraestructura. El turismo apenas llegaba a la región. Hoy, la región acoge a alrededor de 60.000 turistas cada año y se ha convertido en un lugar de referencia gastronómico, vinícola y para la práctica de deportes de invierno.

Este éxito se debe en gran medida a la labor realizada por los productores locales de vino que crearon la Asociación de los Productores de Vino del *Vale dos Vinhedos* (APROVALE). La idea inicial de los productores era atraer el turismo y relacionarlo con la producción de vino. Intentaron atraer visitantes de las ciudades de los alrededores, así como turistas que visitaban otros lugares de la región. Los miembros de la Asociación informarían a los visitantes de las bodegas que se podían



Vale dos Vinhedos : añejamiento del vino en barriles de madera

visitar en su itinerario y, de esta manera, aumentaría el turismo, la inversión y la cantidad de vides plantadas en la región.

En busca de una indicación geográfica

Los productores locales de vino llevaron a cabo diversas actividades encaminadas a obtener una indicación geográfica. Al principio crearon APROVALE, de la que formaban parte no sólo los productores de vino del valle sino también empresas relacionadas con el turismo, la producción agroalimentaria y el suministro de productos relacionados con la producción vinícola. Su principal misión era fomentar e incentivar la investigación relacionada con la viticultura a fin de preservar y proteger la indicación geográfica de los vinos de la región.

La Asociación elaboró un programa que tenía por objetivo hacer de la región un punto de referencia nacional –y, quizás, internacional– de productos relacionados con el vino. El reconocimiento de indicación geográfica sería un factor positivo para la aplicación de este proyecto, ya que conllevaría un aumento del consumo de los vinos de la región, fomentaría el turismo y serviría de incentivo para que otros productores se instalasen en la región.

La Asociación encargó la realización de un estudio, en cooperación con la Fundación de Promoción de la Investigación Científica y Tecnológica (FAPERGS), acerca de los conocimientos específicos que se necesitaban para obtener una indicación geográfica. En este proyecto participaron la Empresa Brasileña de Investigación Agropecuaria (EMBRAPA) y la Universidad de Caxias do Sul. Los

resultados del estudio se publicaron en 1999 en un libro titulado *“Vale dos Vinhedos-Characterização Geográfica da Região”* (Vale dos Vinhedos: características geográficas de la región).

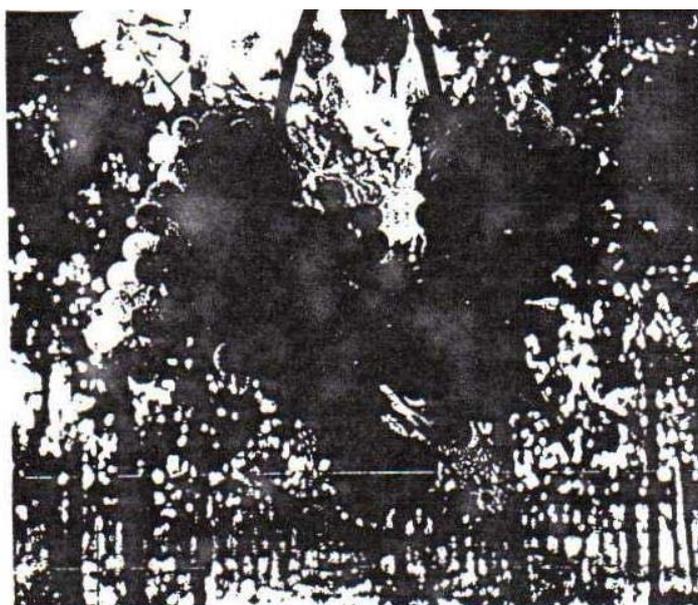
Cuando se concluyeron los estudios, APROVALE solicitó al INPI el registro de su indicación geográfica y creó un consejo regulador encargado de establecer la reglamentación para mantener y preservar la indicación geográfica. Éste fue un consejo pionero en Brasil, ya que creó los primeros estatutos nacionales, la reglamentación y los procedimientos de una indicación geográfica. Los productores locales cumplen con la reglamentación técnica que establecen los estatutos y sus productos mejoran rápidamente en calidad y uniformidad y van adquiriendo un amplio reconocimiento en los círculos nacionales e internacionales.

El ejemplo del *Vale dos Vinhedos* ha animado a otros productores a obtener el certificado nacional de indicación geográfica para fortalecer la posición de sus productos en el mercado internacional y consolidar la imagen del Brasil como país en desarrollo con muchas riquezas y recursos.

La Revista de la OMPI agradece la ayuda prestada por la Universidad de Caxias do Sul y la Empresa Brasileña de Investigación Agropecuaria (EMBRAPA) para la preparación de este artículo.

Vale dos Vinhedos. Depois de décadas de baixo-astrol, um grupo de pequenos viticultores da Serra do Rio Grande do Sul decidiu dar a volta por cima e investir na qualidade do vinho que produz. O resultado desse empenho é que, nos últimos anos, algumas marcas de pequenas vinícolas – Miolo, Valduga e Don Laurindo, por exemplo – passaram a acumular prêmios em concursos nacionais e internacionais e resgataram a confiança dos consumidores de vinho. Essa reviravolta originou-se no Vale dos Vinhedos, uma extensão de alguns poucos quilômetros de vinhas, situado no interior dos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi. O grupo foi o primeiro do país a iniciar um processo para a obtenção da Denominação de Origem (DO), a fase seguinte à Indicação de Procedência (IP). Para imprimir no rótulo o nome Vale dos Vinhedos, todo o vinho produzido na área passa por degustações entre os próprios associados, enólogos e técnicos da Embrapa, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. O projeto dessas famílias é muito interessante. Não se limita somente à produção de vinhos. Juntas, formaram uma associação e criaram um roteiro turístico para quem planeja visitar a Serra Gaúcha e quer algo mais do que os passeios em Gramado e Canela. Uma estrada circunda o Vale e no seu percurso pode-se parar nas várias cantinas – como são chamadas as vinícolas no Rio Grande do Sul – que formam o Vale. Nelas, degustam-se os vinhos, sempre acompanhados de pão caseiro, queijo e salame coloniais. Algumas oferecem almoços com pratos típicos da Serra: sopa de capeleti, *tortei* (uma versão local do *tortelloni* de abóbora), polenta brustolada ou assada em fatias na chapa do fogão, *radicci* (almeirão) com bacon e temperado com vinagre de vinho e *galletto*. O Vale é totalmente ocupado por parreirais. Na primavera e verão, as vinhas tornam as encostas das montanhas uma composição de todos os matizes de verde, recortada por plátanos.

Pode-se visitar o Vale dos Vinhedos em todas as estações do ano, mas o prazer pode ser mais intenso nos meses de janeiro a março, época de colheita das uvas. No outono, a luz e a paisagem são exuberantes. No inverno, a gastronomia e a degustação dos vinhos tornam as visitas acolhedoras. Na primavera, pode-se acompanhar a volta do verde às parreiras e aos plátanos. Para mais informações sobre o Vale dos Vinhedos, entre em contato com a Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos – Aprovale – (054) 452-6447.

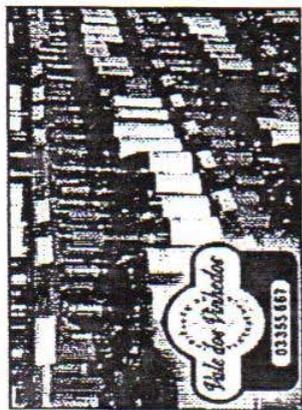


EDUARDO FERNANDES

Vineyard Valley. After decades of slump, a group of small winegrowers from the highlands of Rio Grande do Sul decided to turn the tables by investing in the quality of their product. As a result, during the past few years several brands – including Miolo, Valduga and Don Laurindo – have amassed awards in both domestic and international competitions and regained the confidence of consumers. This turnaround began at Vale dos Vinhedos (Vineyard Valley), in the rural areas of Bento Gonçalves and Garibaldi. Local growers were the first in Brazil to apply for AOC (*appellation d'origine contrôlée*). The association formed by the valley's winegrowers also has established an itinerary for visitors to the Rio Grande do Sul highlands who want something off the beaten track of Canela and Gramado. Several *cantinas* (wineries) located alongside a road that circles the valley offer winetasting plus home-baked bread with locally made cheese and salami. Some serve lunch featuring typical dishes: *cappelletti* soup, *tortel* (a local version of gourd tortelloni), slices of polenta baked on a hotplate, *radicci* (chicory) with bacon and vinegar seasoning, plus *galletto* (young chicken). The wineries are peppered with plane trees. The Vineyard Valley is open to visitors all year round, but it is more enjoyable during harvest time, from January to March. In autumn the luminous landscape is exuberant; in winter food and winetasting make the cellars cozy; in spring the vines and plane trees once again dress in green. For more information, call Aprovale, the winegrowers' association of the Valley: (5554) 452-6447.

Vale dos Vinhedos: qualidade agora tem certificação

Por Ari Teixeira *



Qual o melhor vinho? A resposta certamente ocuparia todo espaço disponível nesta revista eletrônica e certamente, preencheria mais alguns dias entre calorosos debates técnicos e, é claro, providenciais degustações entre as mais variadas cepas. Mas se perguntassem sobre ter ou não certificação de procedência geográfica para o vinho, certamente a resposta seria unânime: é uma inconfundível garantia de identidade e qualidade, independente das variações de sabor e bouquet.

E as 22 vinícolas gaúchas que integram o Vale dos Vinhedos, conquistaram junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) o direito a esta importante certificação. Segundo o presidente da Associação dos Produtores de Vale dos Vinhedos, (Aprovale), Adriano Miolo, a medida representa uma recompensa ao trabalho de sete anos que reuniu estudiosos, produtores e também apreciadores de bons vinhos finos. "É uma condição de pioneirismo, que nos orgulha e cria um diferencial importante", explica Miolo, ao lembrar o exemplo de profissionalização nesta que é uma das mais importantes áreas da economia gaúcha.

:: Seleção criteriosa

No ano passado, antes da regulamentação ser oficializada, do total de 5,5 milhões de vinho produzido na região, somente 1,5 milhão levou o selo do Vale dos Vinhedos. Neste ano quando a produção chega a seis milhões, a média aumentará em torno de 25%. Com isso, fica evidente que não será certificado todo o vinho do Vale dos Vinhedos, "Serão somente aqueles liberados pelo Conselho Regulador que é formado pela Embrapa, Universidade de Caxias e representantes dos consumidores. Eles controlarão a qualidade do produto", explica o presidente.

:: Indicação e Denominação

A indicação de procedência significa o nome geográfico em determinada região, cidade, ou país que tenha se consagrado como pólo extrator e produtor de determinadas qualidades de uva e vinho. É o caso dos 81,1 km2 desta região, onde 26% são destinados ao cultivo de uvas viníferas. Por isso, o próximo passo da Aprovale, é pensar em vinhos com Denominação de Origem Controlada. Nestes casos, os selecionados seriam aqueles de qualidades ou características exclusivas na localidade, incluiu-se desde fatores naturais até humanos.

:: Exemplo a ser seguido

Por enquanto, outras regiões do Rio Grande do Sul também estão procurando esta mesma indicação. "Sabemos que este diferencial está motivando as regiões de Flores da Cunha, Pinto Bandeira, Serra Gaúcha e Região da Campanha, onde já existem estudos em pleno desenvolvimento", explica Miolo. Soma-se a esse trabalho, a exploração das belezas naturais da região serrana gaúcha, onde o clima, a arquitetura a preservação de costumes coloniais seduz visitantes de todo o Brasil. Somente no Vale dos Vinhedos, são mais de 60 mil visitantes anuais. A qualificação exposta em selos nas garrafas dos vinhos finos desta região, motivará a um turismo ainda mais exigente.

ANEXO E

Notícias em Veículo Nacional

1. SOUZA, S. I. de. Vinho: o Brasil caminha para a demarcação de origem. **Vinho Magazine**, Ano 3, N°. 21, 2000, p.49-51.
2. ÉPOCA. Vinho nacional com grife. **Época**, 7 de maio de 2001, p.68-71.
3. JARDINE, C e SAUERESSIG, D. A nova rota do vinho. **Gazeta Mercantil**, 13 de maio de 2002, p.8.
4. RITTER, A. Lote 43, o top da Miolo. **Jornal do Comércio**, 1 de agosto de 2002, p.8.
5. CORREIO DO POVO. O Vale dos Vinhedos comemora: INPI entrega hoje certificados de procedência a 22 vinícolas da Serra Gaúcha. **Correio do Povo**, 28 de novembro de 2002, p.16.

BRASIL

VINHO: O BRASIL CAMINHA PARA A DEMARCAÇÃO DE ZONAS

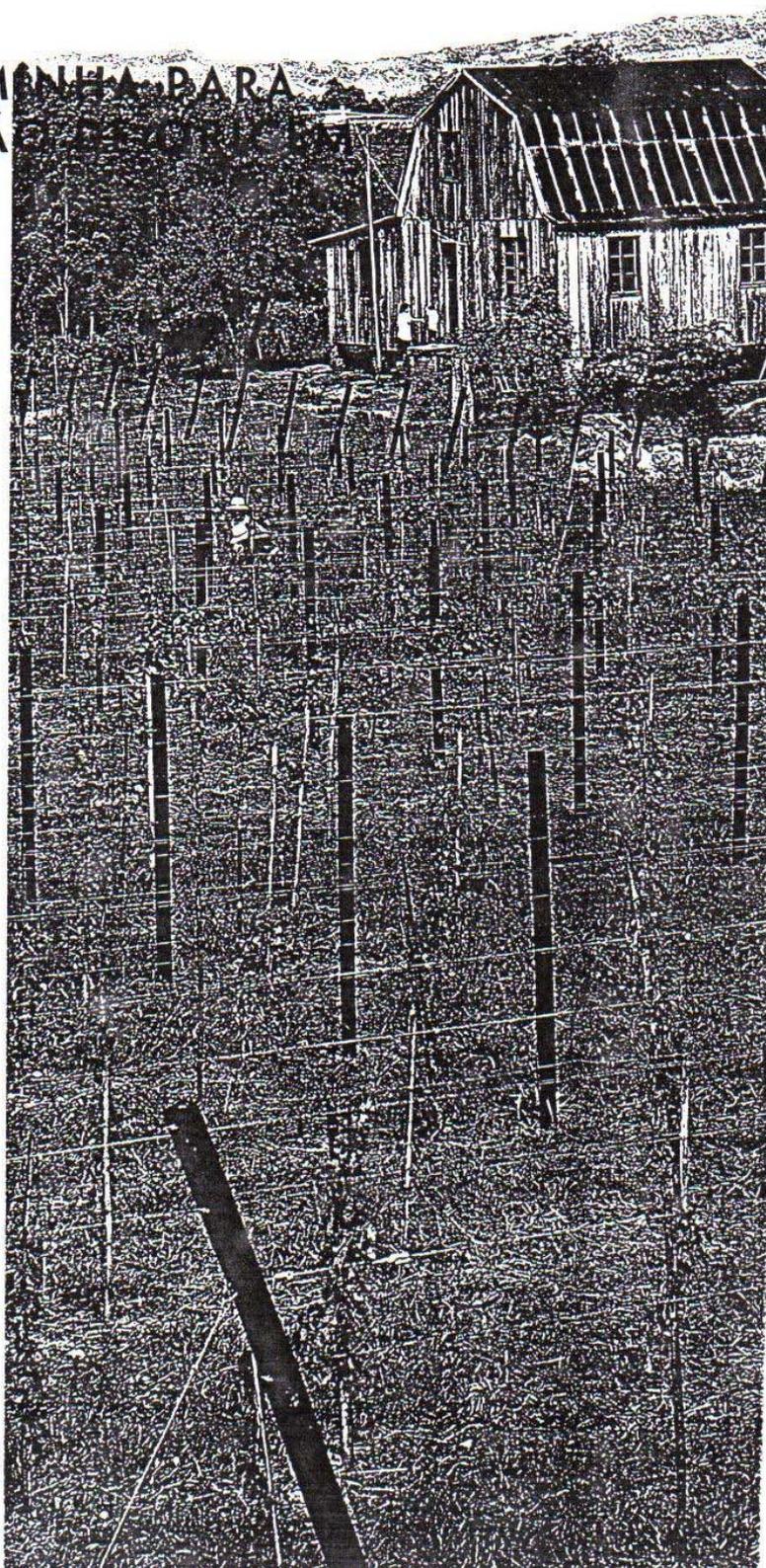
Sérgio Inglez de Sousa

A identificação de um vinho deve-se normalmente à sua origem, que dita peculiaridades de clima, solo, casta, tratos culturais, fabricação e outros elementos geradores de qualidade. Produtores, fabricantes e comerciantes foram os principais elaboradores de regulamentações, desde a introdução do vinho na vida da humanidade.

Remotos fabricantes de vinho usaram selos ou marcações especiais nas ânforas que transportavam a bebida, identificando, assim, o produto, possibilitando a seleção por parte do comprador e, finalmente, impedindo que outros vinhos, mascarados em ânforas semelhantes, iludissem o consumidor.

Esta identificação foi evoluindo, tornando-se cada vez mais específica e descritiva. No século XIV, o duque de Borgonha, num ensaio do controle de denominação que seria instituído oficialmente mais tarde, estabeleceu a casta (Pineau) a ser usada pelos vinhos da região.

A demarcação oficial de área, por sua vez, foi uma decorrência da denominação. Na Toscana, a zona do Chianti foi delimitada pelo Grão-Duque Cosimo III, num édito de 1716. Em terras de Portugal foi instituída, pelas férreas mãos de Pombal, no final do século XVIII. O marquês, na determinação de sanar as finanças do país, e face à cupidez dos ingleses pelo vinho da cidade do Porto, delimitou duas zonas de produção: ramo, destinada a produzir vinho para consumo local e feitoria, que visava exclusivamente a exportação. Até hoje, feitorizar significa fabricar vinho.



NOBRO

As principais regiões produtoras são normalmente enquadradas em dois níveis de demarcação: indicação de procedência e denominação de origem.

A indicação de procedência traduz vinho típico de determinada região, ou seja, delimita uma área produtora com características regionais, embora não obrigatoriamente renomada. Do ponto de vista prático, trata-se de um primeiro enquadramento de área vinícola, que poderá evoluir para uma denominação de origem controlada. A denominação de origem indica um vinho de qualidade notoriamente estabelecida, produzido em determinada área. Os tipos de vinho produzidos devem responder, conforme sua origem, a uma homogeneidade de características de qualidade e a regras específicas de produção. Uma das exigências para um vinho exibir a denominação de origem é a limitação de produção por hectare de vinhedo.

Nos países onde existe legislação vinícola, os vinhos são basicamente classificados em quatro categorias: vinho de mesa comum, vinho regional, vinho com indicação de procedência geográfica e vinho de denominação de origem controlada. A legislação brasileira abriga regulamentações sobre os direitos e obrigações decorrentes da propriedade industrial e, especificamente pela lei 9.279 de 1996, delinea condições para registro de indicações geográficas, garantindo e protegendo a procedência ou a denominação de origem de um produto.

No abrigo dos artigos desta lei, considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, região, Estado, cidade ou localidade que se tenha tomado conhecida como centro de atração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Ampliando o conceito, o produto ou serviço apresentam qualidades e características devidas essencialmente ao meio geográfico,

seus fatores físicos, naturais e humanos. O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviços estabelecidos no local, exigindo-se deles que atendam aos requisitos de qualidade oficializados.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) estabelece condições de registro das indicações geográficas, entre elas a norma para pedidos de reconhecimento de um nome como indicação geográfica, que devem ser apresentados por sindicatos, associações ou outra pessoa jurídica de representatividade coletiva. Se não há ainda legislação específica estabelecendo definições efetivas, as leis existentes possibilitam amarrar o arcabouço da geografia vitivinícola brasileira.

Iniciativas disciplinadoras ocorreram bem antes da legislação nacional e tiveram como principal elemento fomentador a comunidade vitivinícola rio-grandense, responsável pela produção da maioria quase absoluta do vinho brasileiro. Numa fase preliminar, o Sindicato do Vinho trabalhou em prol do setor vitivinícola gaúcho até que, em decorrência de terem se esgotado os objetivos iniciais, abriu caminho para a criação, em 1936, do Instituto Rio Grandense do Vinho. O surgimento das cooperativas de produtores e impasses criados, no desenrolar dessas atividades, levaram ao enfraquecimento do Instituto, até sua extinção por decreto estadual, em 1950. Em 1957, os produtores organizavam-se na Associação dos Vitivinicultores do Rio Grande do Sul, sucedida em 1967 pela União Brasileira de Vitivinicultura, UVIBRA.

Como se vê, é notória a tradição de batalhar pelo vinho. Com dezenas de municípios gaúchos produzindo vinho e centenas de nomes que determinam as áreas de produção, a rotulagem não tem referenciado, com todos os detalhes, o local de procedência. Desde que as mais importantes vinícolas brasileiras





passaram a perseguir qualidade e vencer preconceitos, as coisas vêm mudando, felizmente, para melhor. Pesquisadores importantes, dentre eles, Ivanira Falcade, da Universidade de Caxias do Sul, e Jorge Tonietto, da Embrapa, apoiam a tese de que os nomes mais representativos devam ser usados para denominar a origem do vinho.

Uma importante iniciativa vem da Serra Gaúcha, na micro-região do Vale dos Vinhedos. Para atender aos critérios do Inpi, foi criada, em 1995, a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – Aprovale, com os seguintes objetivos gerais:

INCENTIVO A PESQUISA, QUALIFICAÇÃO DE PRODUTO

COORDENAÇÃO DE AÇÕES PARA PRESERVAR O ESPAÇO FÍSICO DEFINIDO COMO VALE DOS VINHEDOS

ESTÍMULO E PROMOÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO, COM APRIMORAMENTO SÓCIO-CULTURAL DA COMUNIDADE

PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DOS VINHOS DA REGIÃO.

Esta associação bem sabe das dificuldades em atingir plenamente os objetivos

e alcançar a oficialização da Indicação de Procedência Geográfica (IPG), mas as vinícolas foram desenvolvendo suas atividades visando uma efetiva evolução e caracterização de um perfil de qualidade. Com o desenvolvimento das atividades de todos, a Aprovale criou, em 2001, o Conselho Regulador de Indicação Geográfica, órgão especificamente voltado para a gestão, manutenção e preservação da indicação geográfica que vem sendo regulamentada.

Com seis representantes de associados, dois de instituições técnico-científicas e um de instituição de desenvolvimento e divulgação do vinho nacional, esse conselho trabalha para enquadrar a região como Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos na legislação brasileira, obedecendo a um regulamento específico que compreende os seguintes pontos básicos: área delimitada, culturas autorizadas, sistemas de produção de uvas, área de produção de uvas, áreas de produção autorizadas, produtos autorizados, área geográfica de elaboração, envelhecimento e engarrafamento dos produtos, padrões de identidade e qualidade organolépticas dos produtos, normas de rotulagem, registros, controle de produção, direitos e obrigações e princípios da IPG Vale dos Vinhedos.

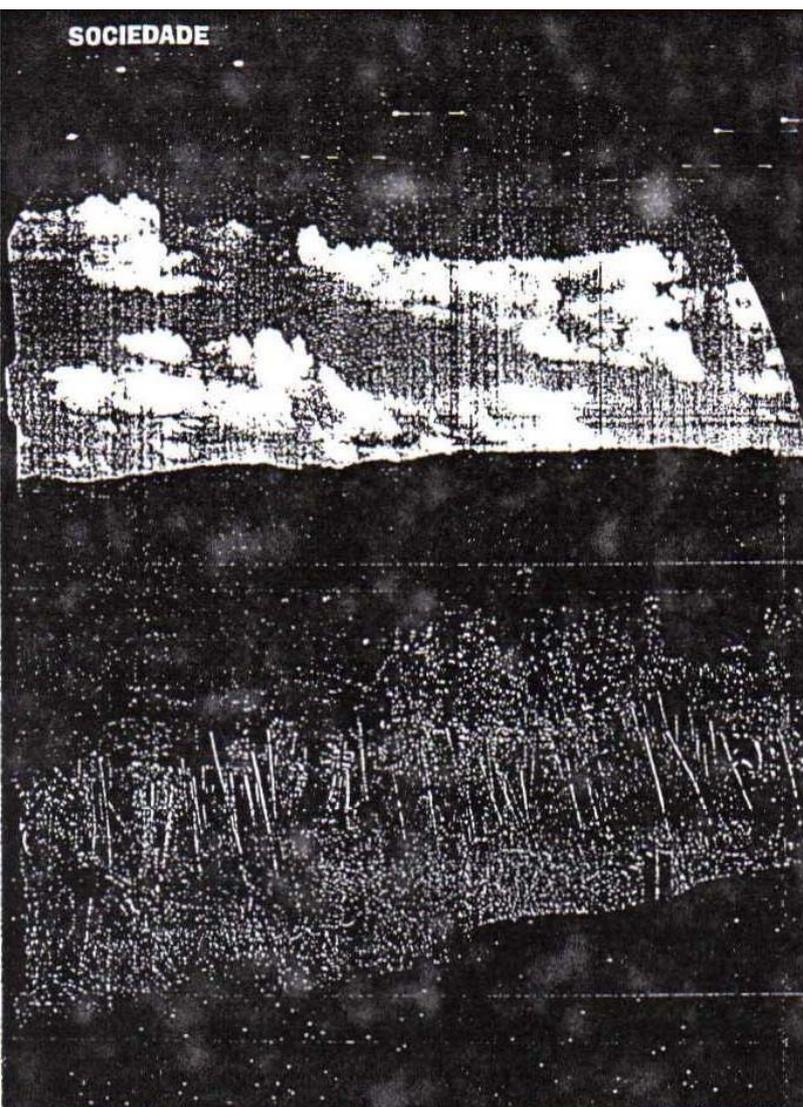
Os vinhos finos produzidos na IPG Vale dos Vinhedos já estarão apresentando em suas garrafas da safra 2001, um selo de indicação de procedência e numeração de controle, afixados na cápsula, garantindo a elaboração segundo as normas do Conselho Regulador de Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos.

Certamente, este projeto beneficiará a todos – produtores da região, consumidores e demais regiões que queiram trilhar o mesmo caminho.

O primeiro passo está dado, vamos torcer pelo vinho brasileiro!

SÉRGIO INGLEZ DE SOUSA É AUTOR DO LIVRO "APRENDA A DEGUSTAR". MINISTRA CURSOS E COORDENA EVENTOS SOBRE VINHO. E-MAIL SDISOUSA@ESALQ.USP.BR

SOCIEDADE



ZONA DE BOAS SAFRAS

Os grandes produtores de vinho estão situados na altura do paralelo 40, ao norte e ao sul da linha do Equador



Foto: La Casa Pico

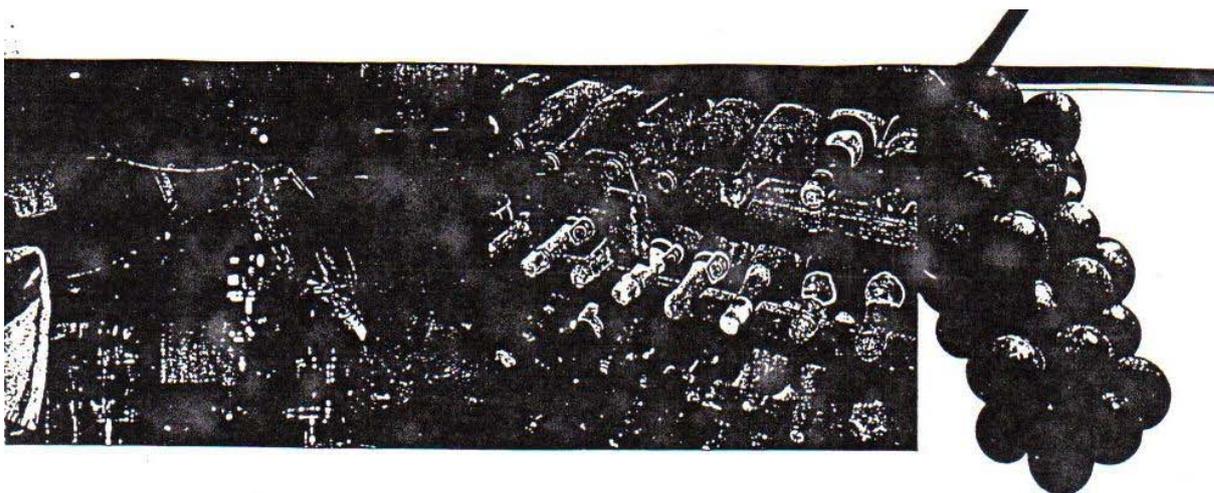
CONSUMO

Vinho

Bebida produzida no Rio Grande do Sul deverá ter certificado de procedência que atesta sua qualidade

Quem se arrisca a tomar vinho brasileiro já sabe há tempos: o melhor da produção nacional sai do Rio Grande do Sul. Agora essa distinção virá impressa no rótulo da garrafa, como um atestado de qualidade. A exemplo dos produtos selecionados da Europa, os vinhos da Serra Gaúcha receberão certificado de indicação de procedência. O selo é um avanço dos produtores e uma garantia para os consumidores. Só terão direito ao carimbo os produtos que forem aprovados no rigoroso teste de qualidade criado pelos próprios fabricantes. O selo vale como uma recomendação. Só pode exibi-lo quem tem excelência a oferecer.

A Associação dos Produtores Vinícolas do Vale dos Vinhedos (Aprovale), que reúne fabricantes da região da Serra Gaúcha, foi a primeira organização nacional a requerer o selo de Indicação de Procedência Geográfica ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), encarregado de reconhecer marcas e patentes. O certificado de origem é tão importante que no primeiro mundo do vinho há casos em que a procedência



nacional com grife

da bebida virou substantivo comum. É o caso do Champagne, vinho espumante da região de mesmo nome na França. Por ser o número 1 dos espumantes, passou a designar popularmente todas as bebidas do gênero. Marca registrada, Champagne só pode aparecer no rótulo da bebida francesa. Para ostentar a inscrição Denominação de Origem Controlada (DOC) no rótulo, o vinho deve atender a uma série de critérios predeterminados, como o tipo de uva, o sistema de cultivo, o método de vinificação. "O certificado é uma garantia para produtos que atingiram renome por sua qualificação e sua especificidade", explica Jorge Tonietto, enólogo da Embrapa Uva e Vinho, de Bento Gonçalves, com diploma da Universidade de Montpellier, na França.

Encravado numa área de 8 mil hectares, nos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, o Vale dos Vinhedos abriga 20 fabricantes de vinhos finos, quase todos vinícolas de administração familiar iniciadas pelos imigrantes italianos que chegaram ao Brasil no final do século XIX. O modo de plantar uva e fazer vinho foi passado de geração para geração. Sem renegar a tradição, investiram no plantio de variedades da fruta específicas para a fabricação de vinho e em tecnologia de produção. O resultado é a conquista de uma crescente fatia do mercado e a disputa de espaço com os similares importados.

Nessa região cercada de montanhas e recortada por extensas plantações de parreiras está instalada a Miolo, empresa líder na classificação do *Guia dos Vinhos Brasileiros*, publicado recentemente. A família Miolo se estabeleceu na região em 1897, mas só fundou a vinícola para fabricar vinhos nobres depois de um século fazendo bebida caseira. Hoje é a maior da região, com 4 milhões de litros produzidos no ano passado.

O surgimento da Miolo coincide com o salto de qualidade do vinho brasileiro a partir dos anos 90, quando a abertura de mercado deu aos consumidores a oportunidade de comparar o produto nacional com o importado. Dispostos a conquistar o paladar dos mais exigentes, os pequenos agricultores da Serra Gaúcha investiram pesado na

qualidade de seu vinho. Além da Miolo, participaram do esforço vinícolas como Dal Pizzol, Dom Cândido, Casa Valduga, Marson, Don Laurindo, Cordelier, Cave de Amadeu, Dom Giovanni, Marco Luigi e Boscato.

Os enólogos ensinam que um vinho nobre é o resultado da combinação de uvas de qualidade com solo e clima apropriados e adequado processo de fabricação. Os vinicultores brasileiros têm corrido atrás dessa fórmula infalível. Deram o primeiro passo para aprimorar seu produto no início dos anos 70, com a substituição do tipo de uva que plantavam. Medida elementar. Em vez das espécies americanas ou híbridas delas derivadas, frutas adequadas para servir à mesa, passaram a plantar cepas européias viníferas, mais apropriadas à produção de vinho. ►

LIDERANÇA
De todos os tipos de vinhos produzidos no Brasil, o espumante é o que atingiu melhor padrão de qualidade



SOCIEDADE

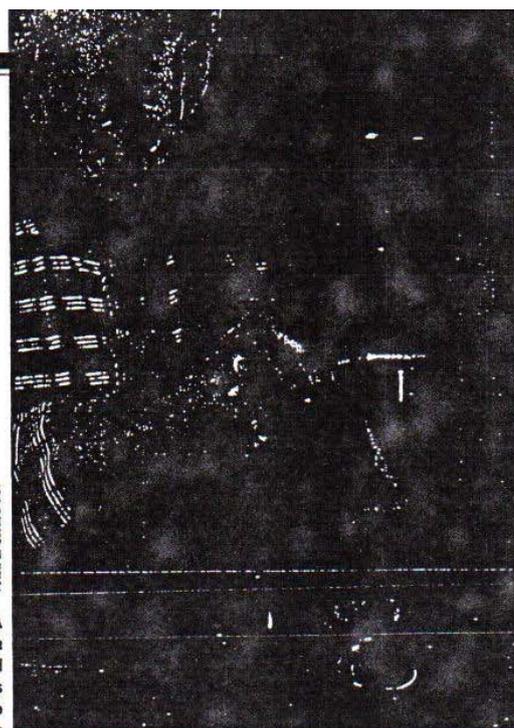


Foto: M. Costa/FOCA

NEGÓCIOS DE FAMÍLIA
Brandelli (acima), da Don Laurindo, e Atílio, da Dal Pizzol, aplicam aqui as técnicas de produção trazidas da Itália

Para os especialistas, as condições ambientais são um limitador da qualidade do vinho da Serra Gaúcha. "Onde o Brasil produz 90% de seu vinho, a natureza não ajuda. O vinho de melhor qualidade que sai de lá é muito caro porque os produtores têm de ficar corrigindo a natureza", diz Josimar Melo, crítico gastronômico do jornal *Folha de S. Paulo*. "Se tivessem uma uva maravilhosa, bastaria não estragá-la para fazer um bom vinho. Mas se a uva é ruim - ácida, aguada, sem açúcar -, dá muito trabalho transformá-la num vinho razoável." Melo reconhece a evolução dos vinhos brasileiros, mas acha que, no confronto dos preços, os nacionais estão em desvantagem. "Existem vinhos nacionais bem razoáveis, como os Reserva das vinícolas Miolo, Valduga e Monte Lemos. Mas a relação

custo/benefício é ingrata. Não vou pagar mais caro por um vinho pior ou igual a um estrangeiro de qualidade." Pelo preço de um nacional - cerca de R\$ 20 a garrafa em média - pode-se tomar um chileno ou um argentino superiores.

Diante das condições de clima e solo pouco favoráveis da Serra Gaúcha, as vinícolas estão plantando seus vinhedos na região da Campanha, na fronteira com o Uruguai. Segundo estudos da Universidade de Davis, nos Estados Unidos, a Campanha reproduz as condições das zonas do Chile e da Argentina de onde sai o melhor vinho do

Hemisfério Sul: inverno e verão bem definidos, pouca chuva e muito sol, além de solo arenoso com proporção certa de argila para armazenar nutrientes.

Desde que desembarcou na Serra Gaúcha, em 1875, a família Valduga dedicou-se a vender garrafas de vinho comum. Em 1980, a vinícola que comprava seus produtos quebrou e a família herdou as primeiras máquinas para engarrafar a bebida. Passou então a produzir vinho fino. Hoje, com 80% de vinhedos próprios, a produção chega a 400 mil litros anuais. "O que temos foi adquirido à custa de muito esforço

MERCADO EM ALTA

O consumo interno e as exportações de vinho têm crescido continuamente - em milhões de litros



PAÍS DE ABSTÊMIOS

O mercado cresceu, mas os brasileiros ainda bebem pouco vinho – (em litros/habitante por ano)

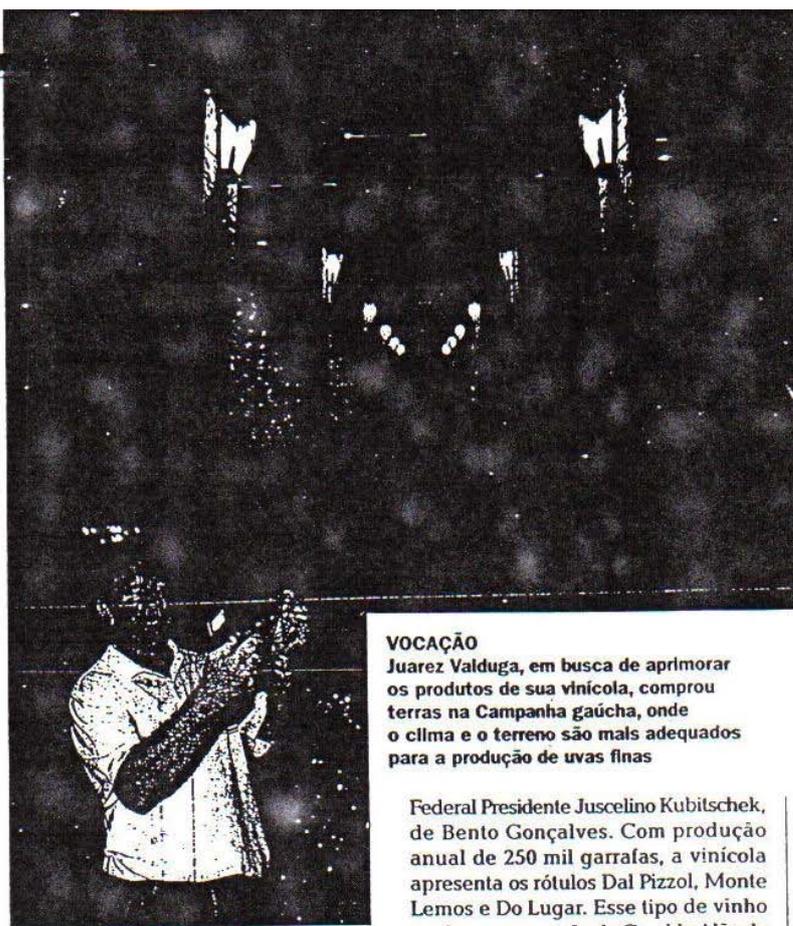
França	60
Itália	59
Portugal	56
Argentina	41
Espanha	38
Alemanha	23
Brasil	1,5

Fonte: Boletim da O.I.V. 1997

de cada um da família”, diz Juarez Valduga, de 45 anos, que dirige a empresa. “Estamos investindo nos espumantes. Achamos que o consumo dessa bebida no Brasil, por seu clima tropical, tem muito a crescer”, aposta Valduga. Um dos maiores conhecedores de vinho no país, o jornalista J.A. Dias Lopes, do jornal *O Estado de S. Paulo*, faz restrições à produção nacional em geral, mas aprova os espumantes. “O único vinho nacional que bebo com prazer é o espumante branco. É um vinho com qualidade e personalidade”, diz. “São todos bons, mas gosto especialmente do M. Chandon, do Miolo Chardonnay Brut, do Valduga Chardonnay e do Marson”, revela Dias Lopes.

A família Marson fabricou vinho comum durante a maior parte de sua trajetória no Rio Grande do Sul. Hoje, esse quadro está mudado. Do total de 750 mil litros do vinho produzidos por ano, 50% são nobres. “A entrada dos vinhos importados no início da década de 90 abriu um mercado importante e nós decidimos apostar nos vinhos finos”, admite o diretor João Marson, de 37 anos, bisneto do pioneiro Antônio Marson, que em 1887 deixou a região do Vêneto, na Itália, em direção ao Brasil. Com a mudança de estratégia na empresa, a vinícola importou, em 1999, 20 mil mudas de castas nobres da África do Sul. Neste ano, a intenção é comprar na Itália outras 20 mil.

A qualidade da bebida nacional atravessou fronteiras. Juntas, as vinícolas gaúchas colecionam mais de 200 premiações internacionais. A busca pela qualidade é quase uma obsessão dos vitivinicultores. Procedentes de Zévio, pequeno povoado italiano de Verona, os



VOCAÇÃO

Juarez Valduga, em busca de aprimorar os produtos de sua vinícola, comprou terras na Campanha gaúcha, onde o clima e o terreno são mais adequados para a produção de uvas finas

Federal Presidente Juscelino Kubitschek, de Bento Gonçalves. Com produção anual de 250 mil garrafas, a vinícola apresenta os rótulos Dal Pizzol, Monte Lemos e Do Lugar. Esse tipo de vinho ganhou a aprovação de Geraldo Alão de Queiroz, presidente da Associação Brasileira de Sommeliers: “Não temos a tradição do Chile ou da Argentina, mas posso dizer que diariamente tomo vinho nacional com muito prazer”, confidencia.

A Cave Amadeu é o produto da união do chileno Mário Geisse com o argentino Luís Catena, representantes das duas viticulturas mais bem-sucedidas do continente. A Amadeu dá especial atenção aos espumantes. A cada ano são produzidas 30 mil garrafas Cave Geisse. “Cada país tem uma vocação. A do Brasil é produzir espumantes”, diz Jorge Carrara, colunista de vinhos da *Folha de S. Paulo*. O turista que visita a Amadeu tem a rara oportunidade de presenciar a abertura de um espumante pelo método tradicional francês, o *sabrage*. Para comemorar as vitórias nas batalhas, Napoleão abria sua garrafa de espumante com um golpe seco de sabre. Até isso já se faz no Rio Grande do Sul dos bons vinhos. ■

SILVIO FERREIRA

Brandelli chegaram ao Rio Grande do Sul e logo passaram a fabricar vinhos para consumo próprio. Apenas no início dos anos 90 depararam com a possibilidade de oferecer um produto nobre e criaram a marca Don Laurindo. Ademir Brandelli, diretor da empresa, tem uma frase para definir seu vinho: “O Don Laurindo não é vendido, ele é comprado.” A exemplo da maioria das marcas, garrafas de Don Laurindo não são encontradas em supermercados e grandes distribuidores. São vendidas apenas em casas especializadas ou diretamente pelas vinícolas.

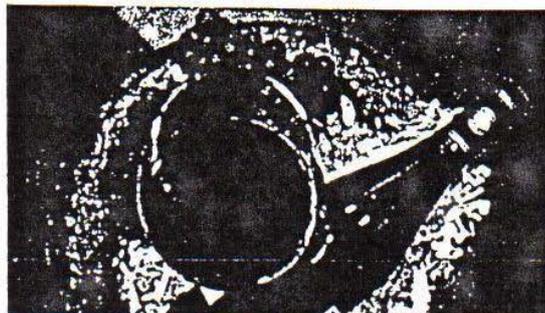
Sob o olhar atento do patriarca Atílio, de 87 anos, os Dal Pizzol vêm aprimorando a arte de transformar uva em vinho iniciada em 1878, quando chegaram ao Brasil vindos de Treviso, na Itália. “Tudo começou com o *nonno*. Agora nós, os filhos, estamos à frente dos negócios, mas os netos já se integraram”, orgulha-se Rinaldo Dal Pizzol, referindo-se ao sobrinho Tiago, de 21 anos, enólogo formado pela Escola Agrotécnica

AGROINDÚSTRIA

A nova rota do vinho

Carolina Jardine e Denise Saueressig

A Cabernet Sauvignon se destaca entre as variedades de vinhos tintos



FILIPA DE SALES/AGF

Com os limites físicos impostos à produção de videiras na Serra gaúcha, as férteis e inexploradas terras da Metade Sul despontam como a mais nova promessa da vitivinicultura brasileira. Com alto potencial produtivo e grandes extensões de área disponíveis, a Campanha ganha um nova cara, onde a pecuária extensiva convive com o aroma das videiras.

As principais indústrias vinícolas da tradicional região do Vale dos Vinhedos já aderiram à mudança e estão rumando à Fronteira para assegurar expansão na produção. São os primeiros passos do que o setor vem chamando de Pólo Vinícola da Campanha.

A Vinhos Salton já têm 140 hectares cultivados em Bagé, área quatro vezes maior do que a ocupada pela empresa no Vale dos Vinhedos. As plantas - com apenas dois anos - estão sendo monitoradas através de uma parceria com a Associação dos Fruticultores de Bagé e podem ser empregadas na industrialização já em 2003, quando devem ser colhidas 150 toneladas de uvas.

Estão integrados ao projeto 24 produtores que recebem as mudas e o treinamento adequado para desenvolver a atividade.

Apesar de acumular um faturamento anual de R\$ 96,5 milhões, a expectativa da Salton e dos fruticultores é ampliar a área cultivada para 1 mil hectares em quatro anos. O principal entrave para elevar a produção é a dificuldade em obter mudas de qualidade. A Salton produziu, em 2001, 3,52 milhões de caixas de derivados de uva (vinhos, sucos e espumantes). Isso representa 34,54 milhões de litros por ano.

O produto tem como principal destino o estado de São Paulo. A região Sudeste do País responde por 54,51% das vendas da empresa, seguida pela Sul (17,86%), Centro-Oeste (11,8%), Nordeste (9,5%) e Norte (6,25%). O exterior fica com apenas 0,08%.

Por enquanto, a Metade Sul é apenas uma área de desenvolvimento de uvas. Contudo, o

diretor comercial da empresa, Daniel Santon, revela que a idéia é construir uma cantina especial para produzir com exclusividade a safra da Campanha. "Assim poderemos criar um vinho da Região da Campanha, como temos hoje o do Vale dos Vinhedos", alega.

Caminho parecido segue a Vinícola Miolo. Com o projeto de cultivar 400 hectares de videiras em Candiota, a empresa deve investir em oito anos R\$ 16 milhões na criação de um centro de lazer e produção. "Iremos explorar a atividade turística na Metade Sul assim como fizemos no Vale dos Vinhedos", diz o gerente de marketing e exportação da Miolo, Marcos Nascimento.

Hoje, a safra de vinhos da Miolo é proveniente de 80 hectares próprios e 300 cultivados através de parcerias com produtores integrados na Serra. Na Metade Sul existem apenas 50 hectares cultivados, que só devem ser colhidos em 2003. "Nossa primeira impressão já é otimista. Ao que tudo indica a qualidade das uvas é excelente", avalia.

A Miolo se destaca por trabalhar com vinhedos próprios situados na "Fortaleza do Seival", fazenda onde a família cria cavalos crioulos, ovinos texel e bovinos braford. O dirigente informa que a tendência será elaborar produtos diferenciados, embora as variedades Merlot, Sauvignon Blanc e Cabernet Sauvignon continuem na lista das mais semeadas.

Assim como a Salton, a Miolo também planeja industrializar o vinho na Metade Sul. Os gastos com a fábrica são da ordem de R\$ 8 milhões e permitirão a produção de cinco milhões de litros em Candiota. A previsão é de que a obra inicie em 2004 e seja concluída em 2007.

O projeto da Miolo é até 2008 estar produzindo ao todo 15 milhões de litros ao ano, volume esse que será dividido entre unidades de Bento Gonçalves, Candiota e do Vale do Rio São Francisco, na Região Nordeste do País. . . .

8 Quinta-feira
1 de agosto de 2002

Lote 43, o top da Miolo

Vinícola Miolo, do Vale dos Vinhedos, lançou ontem no hotel Sheraton de POA seu vinho top, o Lote 43 da grande safra 1999. É um vinho tinto, corte de Cabernet Sauvignon e Merlot, com tiragem limitada de 80 mil garrafas, a serem vendidas nos próximos três anos, sendo apenas 20 mil neste ano, segundo o diretor Adriano Miolo. É porque as safras 2000 e 2001 não mereceram ter um Lote 43, o que voltou a acontecer na grande safra 2002. O vinho top recebeu essa denominação da Miolo em homenagem ao bisavô de Adriano, a quem foi destinado o lote 43 para plantar uvas, quando veio da Itália.

O Vale dos Vinhedos comemora

INPI entrega hoje certificados de procedência a 22 vinícolas da serra gaúcha

As 22 vinícolas que integram a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (Aprovale) estão comemorando a obtenção do certificado da Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos, outorgada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Os certificados serão entregues hoje, ao meio-dia, em cerimônia na sede do INPI, no Rio de Janeiro. O presidente do órgão, José Graça Aranha, fará a entrega dos certificados ao presidente da Aprovale, Adriano Miolo, e ao vice-presidente da entidade, Juarez Valduga. Outra cerimônia será realizada no dia 28, no Hotel Villa Michelin, localizado no Vale dos Vinhedos, interior de Bento Gonçalves.



CP MEMÓRIA

A certificação, bastante comemorada pela Aprovale, será identificada através de um selo de controle que será colocado junto à cápsula das garrafas de vinho e pelo rótulo principal da indicação de procedência. Segundo Adriano Miolo, esse selo garante a procedência dos vinhos do Vale dos Vinhedos, a exemplo do que já acontece nas principais regiões produtoras de vinhos finos no mundo. "Estamos muito contentes e satisfeitos com esse trabalho que foi feito. Afinal, somos pioneiros dentro do setor vitivinícola brasileiro", lembra Miolo. Ele explica que somente poderão ostentar o selo de controle

Região se destaca pela qualidade diferenciada da sua produção vinícola

os vinhos elaborados pelas empresas situadas dentro da área delimitada do Vale dos Vinhedos, seguindo o regulamento da indicação geográfica, que está de acordo com as normas da Organização Internacional do Vinho (OIV). Com relação ao mercado vinícola, o presidente da Aprovale afirma que a certificação representa um grande passo para o vinho brasileiro. "É a oportunidade de nos tornarmos reconhecidos mundialmente pela qualidade dos nossos vinhos e obter maior prestígio e notoriedade nos mercados nacional e internacional", diz.